

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

**Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e
relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito na Nota 1(c) às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento de alegação relacionada à suposta insuficiência de provisão para perda com adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar. Em decorrência desse fato, o Conselho de Administração da Companhia constituiu um Comitê de Apuração, que conta com a participação de todos os membros do Conselho de Administração e de profissionais independentes contratados, para proceder com a averiguação da suposta alegação. Este Comitê de Apuração também é responsável por coordenar e supervisionar os trabalhos de averiguação que vem sendo realizados pelos profissionais contratados.

Considerando que os procedimentos de averiguação ainda estão em andamento e, portanto, sem qualquer conclusão até o presente momento, os possíveis impactos, se houver, decorrentes da resolução desse assunto sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 não são conhecidos e não puderam ser estimados com segurança pela Companhia. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes e/ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ribeirão Preto, 10 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

DocuSigned by

Assinado por: Luis Fernando de Souza Maranhão (26821527/O-5)
CPF: 26821527/O-5
Data: 10 de abril de 2026 | 11:33 BRT
O: PwC Brasil, Cx: Certificado Digital PP A1
C: BR
E-mail: AC_Signador@PwC.com.br
26821527/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhão
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Demonstrações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias:	
1. Informações sobre a Companhia.....	8
2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e as políticas contábeis materiais .	9
3. Caixa e equivalentes de caixa.....	19
4. Aplicações financeiras.....	19
5. Contas a receber de clientes.....	20
6. Estoques.....	21
7. Adiantamentos a fornecedores.....	22
8. Tributos a recuperar	23
9. Outros direitos.....	23
10. Partes relacionadas.....	28
11. Investimentos.....	32
12. Ativos biológicos	36
13. Imobilizado.....	37
14. Intangível	40
15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar.....	41
16. Fornecedores.....	43
17. Empréstimos e financiamentos	43
18. Tributos a recolher	45
19. Adiantamentos de clientes	45
20. Compromissos com contratos de energia	46
21. Provisão para contingências	47
22. Patrimônio líquido	50
23. Receita operacional líquida	52
24. Despesas por natureza	55
25. Receitas e despesas financeiras.....	57
26. Informação por segmento (Consolidado).....	58
27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	61
28. Imposto de renda e contribuição social	62
29. Compromissos e obrigações.....	65
30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	67
31. Cobertura de seguros.....	74
32. Eventos subsequentes.....	74

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balanço patrimonial em
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	561.199	1.057.363	582.763	1.109.454
Aplicações financeiras	4	64.433	157.818	64.433	163.568
Contas a receber de clientes	5	118.362	140.296	118.373	142.835
Estoques	6	667.173	201.526	667.593	201.879
Adiantamentos a fornecedores	7	221.784	356.390	221.784	356.390
Ativos biológicos	12	578.033	630.088	578.033	630.088
Tributos a recuperar	8	213.822	243.243	213.999	243.420
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	28	18.657	18.572	18.657	18.572
Partes relacionadas	10	29.136	48.530	29.136	27.415
Instrumentos financeiros derivativos	30	6.356		6.356	
Outros direitos	9	54.436	74.206	54.443	74.704
Total do ativo circulante		2.533.391	2.928.032	2.555.570	2.968.325
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	80.302	19.666	80.302	19.666
Adiantamentos a fornecedores	7	148.803	115.412	245.593	115.412
Partes relacionadas	10	30.764	38.354		
Tributos a recuperar	8	3.541	5.142	3.541	5.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	434.900	446.896	434.900	446.896
Outros direitos	9	5.382.169	4.531.582	5.382.169	4.531.582
Depósitos judiciais		7.184	7.604	7.184	7.604
		6.087.663	5.164.656	6.153.689	5.126.302
Investimentos	11	136.131	50.271	41.945	37.025
Imobilizado	13	2.538.896	2.538.081	2.555.074	2.559.487
Intangível	14	7.046	7.757	7.046	7.757
Direito de uso	15	1.523.694	1.520.308	1.523.694	1.520.308
Total do ativo não circulante		10.293.430	9.281.073	10.281.448	9.250.879
Total do ativo		12.826.821	12.209.105	12.837.018	12.219.204

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balanço patrimonial em (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	505.037	362.678	506.033	364.294
Empréstimos e financiamentos	17	1.782.460	1.459.636	1.788.832	1.459.781
Arrendamento a pagar	15	80.219	102.767	80.219	102.767
Parceria agrícola a pagar	15	79.317	156.128	79.317	156.128
Salários e encargos sociais		106.797	78.224	106.893	78.358
Tributos a recolher	18	32.587	32.830	33.920	33.932
Impostos de renda e contribuição social a pagar	28			691	202
Adiantamentos de clientes	19	900.452	544.598	900.452	544.598
Compromissos com contratos de energia	20	95.301	87.622	95.301	87.622
Instrumentos financeiros derivativos	30	174.757	254.324	174.757	254.324
Dividendos propostos	10	13.000		13.000	
Outras obrigações		2.696	6.750	3.405	6.757
Total do passivo circulante		3.772.623	3.085.557	3.782.820	3.088.763
Não circulante					
Fornecedores	16	9.074	13.611	9.074	13.611
Empréstimos e financiamentos	17	2.619.470	3.093.296	2.619.470	3.099.614
Arrendamento a pagar	15	526.170	565.101	526.170	565.101
Parceria agrícola a pagar	15	895.203	904.814	895.203	904.814
Tributos a recolher	18	9.124	10.141	9.124	10.716
Instrumentos financeiros derivativos	30	60.840	23.889	60.840	23.889
Adiantamentos de clientes	19	230.754	631.488	230.754	631.488
Compromissos com contratos de energia	20	440.724	5.110	440.724	5.110
Provisões para contingências	21	11.436	9.334	11.436	9.334
Dividendos propostos	10	37.000		37.000	
Outras obrigações	9 (a)	678.668	575.574	678.668	575.574
Total do passivo não circulante		5.518.463	5.832.358	5.518.463	5.839.251
Total do passivo		9.291.086	8.917.915	9.301.283	8.928.014
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.917.567	867.567	2.917.567	867.567
Ações em tesouraria		(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)
Ajuste de avaliação patrimonial		(36.283)	(89.295)	(36.283)	(89.295)
Reservas de lucros		405.627	2.514.133	405.627	2.514.133
Lucros acumulados		250.039		250.039	
Total do patrimônio líquido		3.535.735	3.291.190	3.535.735	3.291.190
Total do passivo e patrimônio líquido		12.826.821	12.209.105	12.837.018	12.219.204

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora				
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	
Receita operacional líquida	23	1.209.657	3.227.176	1.421.701	3.447.490
Custos dos produtos vendidos	24	(971.742)	(2.407.333)	(1.071.995)	(2.471.146)
Lucro bruto		237.915	819.843	349.706	976.344
Despesas com vendas	24	(57.791)	(191.509)	(67.124)	(209.488)
Despesas gerais e administrativas	24	(52.447)	(174.622)	(56.029)	(180.312)
Resultado de participação societária	11	7.706	29.887	13.557	38.771
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(12.431)	(103.035)	4.910	164.792
Lucro operacional		122.952	380.564	245.020	790.107
Receitas financeiras	25	110.279	1.139.526	399.886	789.023
Despesas financeiras	25	(376.040)	(1.293.069)	(652.424)	(1.391.929)
Resultado financeiro		(265.761)	(153.543)	(252.538)	(602.906)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(142.809)	227.021	(7.518)	187.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(10.040)	17.933	(22.181)	462.942
Lucro (prejuízo) líquido do período		(152.849)	244.954	(29.699)	650.143

Nota	Consolidado				
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	
Receita operacional líquida	23	1.221.913	3.276.278	1.435.005	3.493.657
Custos dos produtos vendidos	24	(973.380)	(2.419.754)	(1.071.095)	(2.473.281)
Lucro bruto		248.533	856.524	363.910	1.020.376
Despesas com vendas	24	(57.791)	(191.509)	(67.124)	(209.488)
Despesas gerais e administrativas	24	(52.590)	(175.274)	(56.407)	(180.920)
Resultado de participação societária	11	2.079	4.919	1.699	4.360
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(17.321)	(113.032)	1.462	154.671
Lucro operacional		122.910	381.628	243.540	788.999
Receitas financeiras	25	110.895	1.140.890	399.992	789.253
Despesas financeiras	25	(375.835)	(1.293.023)	(650.362)	(1.389.075)
Resultado financeiro		(264.940)	(152.133)	(250.370)	(599.822)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(142.030)	229.495	(6.830)	189.177
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	(779)	(2.474)	(688)	(1.976)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(10.040)	17.933	(22.181)	462.942
Lucro (prejuízo) líquido do período		(152.849)	244.954	(29.699)	650.143
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		(109,18)	174,97	(21,21)	464,39

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração do resultado abrangente
Período de três e nove meses findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2025		Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) líquido do período	(152.849)	244.954	(29.699)	650.143
Movimento no período:				
Varição do valor justo				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(6.795)	164.935	(198.261)	(291.204)
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>			138.392	249.403
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	17.798	(135.640)	(49.035)	(67.577)
	11.003	29.295	(108.904)	(109.378)
Reconhecimento no resultado operacional				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(74.518)	(112.813)	21.120	45.421
	(74.518)	(112.813)	21.120	45.421
Reconhecimento no resultado financeiro				
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>	2.964	8.893	(197.569)	(324.014)
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	5.010	162.651	(27.858)	(30.182)
Não derivativos cambiais - dívidas			5.656	(6.854)
	7.974	171.544	(219.771)	(361.050)
Total movimento no período				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(81.313)	52.122	(177.141)	(245.783)
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>	2.964	8.893	(59.177)	(74.611)
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	22.808	27.011	(76.893)	(97.759)
Não derivativos cambiais - dívidas			5.656	(6.854)
Tributos diferidos sobre os itens acima	18.884	(29.929)	104.569	144.502
	(36.657)	58.097	(202.986)	(280.505)
Resultado abrangente do período	(189.506)	303.051	(232.685)	369.638

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

								Controladora e Consolidado		
					Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial			
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a deliberar	Hedge Accounting	Deemed Cost	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		867.567	(1.215)	95.342	408.845	1.507.436	(7.428)	44.892		2.915.439
Realização de custo atribuído	22 (c)							(5.453)	5.453	
Resultado com derivativos - hedge accounting	22 (c)						(280.505)			(280.505)
Dividendos distribuídos	22 (d)					(14.864)				(14.864)
Lucro do período									650.143	650.143
Em 31 de dezembro de 2024		867.567	(1.215)	95.342	408.845	1.492.572	(287.933)	39.439	655.596	3.270.213
Em 31 de março de 2025		867.567	(1.215)	120.993	408.845	1.984.295	(127.001)	37.706		3.291.190
Integralização de capital	22 (d)	2.050.000			(124.211)	(1.925.789)				
Realização de custo atribuído	22 (c)							(5.085)	5.085	
Resultado com derivativos - hedge accounting	22 (c)						58.097			58.097
Dividendos distribuídos	22 (d)					(58.506)				(58.506)
Lucro do período									244.954	244.954
Em 31 de dezembro de 2025		2.917.567	(1.215)	120.993	284.634		(68.904)	32.621	250.039	3.535.735

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração dos fluxos de caixa
Período de nove meses findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		227.021	187.201	229.495	189.177
Ajustes:					
Encargos financeiros e variações cambiais, líquidas		420.040	1.015.551	419.981	1.016.590
Atualizações dos créditos do IAA 4870, líquida de tributos	25 e 27	(834.991)	(349.559)	(834.991)	(349.559)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	25	165.578	174.391	165.578	174.391
Resultado de participação societária	11	(29.887)	(38.771)	(4.919)	(4.360)
Depreciação do direito de uso	24	137.899	128.273	137.899	128.273
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	24	344.831	305.352	355.109	310.174
Efeitos líquidos da valorização e realização do valor justo dos ativos biológicos	24	46.797	26.906	46.797	26.906
Provisão para contingências	21	2.102	1.494	2.102	1.494
Provisão para perdas de ativos		7.442	8.479	7.442	8.479
Provisão (estorno) de indenizações a receber		25.000	(26.908)	25.000	(26.908)
Provisão para pagamento de honorário de êxito para advogados	27	107.319	47.572	107.319	47.572
Valor residual das baixas do ativo imobilizado/soqueira	27	11.877	11.001	11.877	11.001
		631.028	1.490.982	668.689	1.533.230
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		22.202	(37.482)	24.730	(39.161)
Estoques		(320.954)	(455.368)	(321.021)	(455.236)
Adiantamentos a fornecedores		96.164	(38.135)	96.164	(38.135)
Ativos biológicos		115.024	72.438	115.024	72.438
Tributos a recuperar		12.365	(5.800)	12.365	(5.800)
Depósitos judiciais		420	(583)	420	(583)
Outros direitos		75.500	(238.073)	75.494	(238.071)
Fornecedores		137.822	286.145	137.967	285.631
Salários e encargos sociais		28.573	24.064	28.535	24.030
Tributos a recolher		(1.260)	(7.900)	(1.157)	(7.814)
Adiantamentos de clientes		(44.880)	88.998	(44.880)	88.998
Instrumentos financeiros derivativos		(48.972)	(22.725)	(48.972)	(22.725)
Aplicações financeiras		32.749	(710)	32.749	(710)
Outras obrigações		27.398	(149.231)	28.101	(147.852)
Caixa gerado nas operações		763.179	1.006.620	804.208	1.048.240
Imposto de renda e contribuição social pagos				(1.507)	(1.413)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(443.208)	(320.384)	(444.082)	(321.091)
Juros pagos sobre compromissos de energia	20	(17.745)	(39.885)	(17.745)	(39.885)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		302.226	646.351	340.874	685.851
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(612.947)	(693.023)	(617.997)	(698.285)
Dividendos recebidos	10	(55.973)			
Recebimento (concessão) de mútuo concedido para partes relacionadas		28.004	(24.241)	5.892	(12.748)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(640.916)	(717.264)	(710.001)	(711.033)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de compromissos com contratos de energia	20	525.085	75.001	525.085	75.001
Amortização de compromissos com contratos de energia	20	(98.269)	(107.122)	(98.269)	(107.122)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	1.452.758	1.215.418	1.452.758	1.215.418
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	17	(1.547.438)	(1.185.032)	(1.547.528)	(1.185.122)
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	15	(481.104)	(343.940)	(481.104)	(343.940)
Dividendos distribuídos		(8.506)	(14.864)	(8.506)	(14.864)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(157.474)	(360.539)	(157.564)	(360.629)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(496.164)	(431.452)	(526.691)	(385.811)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.057.363	1.145.907	1.109.454	1.155.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		561.199	714.455	582.763	769.658

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações intermediárias.

1. Informações sobre a Companhia

(a) Objeto social

A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de fevereiro de 1925, com matriz no município de Coruripe, Estado de Alagoas. A Companhia e suas subsidiárias (em conjunto denominadas o "Grupo" ou "Consolidado") (Nota 2.2), tem como objeto social: a) exploração industrial da cana-de-açúcar e seus derivados industriais; b) importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades, inclusive como comercial exportadora; c) o desenvolvimento de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), destinado à geração e comercialização de reduções certificadas de emissões (RCEs) e/ou reduções verificadas de emissões (RVEs); d) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape, sanitizantes álcool em gel e todos os derivados oriundos de cogeração de energia elétrica; e) a exploração de outras atividades afins; g) participação no capital de outras empresas, mesmo que de outros setores econômicos; h) geradora de créditos de descarbonização (Cbios).

A Companhia e o Grupo contam com um terminal rodoferroviário em Iturama (MG), dois escritórios administrativos, um em Maceió (AL) e outro em São Paulo (SP). A Companhia e o Grupo possuem cinco unidades industriais, sendo uma no Estado de Alagoas, no município de Coruripe, e quatro no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Campo Florido, Carneirinho, Iturama e Limeira do Oeste, que processaram 12.952 mil toneladas de cana-de-açúcar no período de 9 meses da safra 2025/2026 (14.737 mil toneladas no período de 9 meses da safra 2024/2025). A safra nas unidades do Estado de Minas Gerais foi encerrada no período encerrado em 31 de dezembro de 2025, e a unidade do Estado de Alagoas mantém a previsão de conclusão da moagem em março de 2026.

O período anual de safra no Nordeste inicia-se em setembro e termina em março, enquanto no Sudeste inicia-se em abril e termina em dezembro. As receitas da Companhia e do Grupo estão sujeitas a flutuações sazonais, uma vez que os produtos acabados produzidos durante o período de safra são armazenados para serem vendidos durante todo o ano.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração, que representam a governança da Companhia, em 10 de abril de 2026.

(b) Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária integral da Coruripe Holding S.A, o exercício social tem início em 1º de abril e se finda em 31 de março do ano seguinte.

No período de nove meses da safra 2025/2026, aproximadamente 66,0% da moagem foi destinada para a produção de açúcar e os demais 34,0% da moagem foi destinado para a produção de etanol, enquanto no período de nove meses da safra 2024/2025, o mix de moagem realizado foi de 60,0% para a produção de açúcar e de 40,0% para a produção de etanol.

(c) Alegação de suposta irregularidade no saldo de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar

Em decorrência do conhecimento da alegação de suposta insuficiência de provisões para perdas nos saldos dos adiantamentos a fornecedores de cana de açúcar, o Conselho de Administração determinou a constituição de um comitê de Apuração o qual é responsável por conduzir as averiguações e apurações relacionadas à alegação reportada.

O referido comitê é composto por todos os membros do Conselho de Administração, além de consultores independentes especializados, e time de auditoria interna da Companhia, os quais se reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Os trabalhos realizados pelo Comitê de Apuração ainda não foram concluídos, não obstante, os testes realizados pelo Comitê de Apuração, até a data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias, confirmam a integridade dos registros contábeis examinados até a referida data.

2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e as políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas, e estão sendo apresentadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com àqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2025. Portanto, essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais da Companhia. Quando os montantes da Companhia e do Grupo são substancialmente os mesmos, apenas os montantes do Grupo estão sendo apresentados.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e as demais políticas contábeis estão descritas nesta Nota 2.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de edificações, outros imóveis, máquinas e equipamentos industriais na data de transição para IFRS/CPC. Há casos de determinados ativos e passivos financeiros, como instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.11.

2.2. Base de consolidação e investimento em controladas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As empresas controladas incluídas na consolidação estão demonstradas a seguir e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão descritas na Nota 2.4.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados nas demonstrações contábeis intermediárias incluem as seguintes empresas controladas, cujos percentuais de participação não foram alterados:

	País	31 de dezembro	31 de março
		de 2025	de 2025
		% de participação	% de participação
Participação direta:			
Coruripe Energética S.A.	Brasil	100%	100%
Camaçari Energética S.A.	Brasil	100%	100%
Coruripe Netherland B.V.	Holanda	100%	100%
Usina Corurema Ltda.	Brasil	50%	50%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Silverstones (ii)	Brasil	100%	
Participação indireta:			
Usina Corurema Ltda. (i)	Brasil	50%	50%

(i) Participação indireta por meio da Coruripe Energética S.A.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2025:

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A alteração mencionada acima não teve impacto para a Companhia e o Grupo.

2.4. Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam (moeda funcional). As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e do Grupo.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia e o Grupo reconhecem inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia e o Grupo determinam a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia e o Grupo possuem benefícios fiscais relacionados à redução do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O valor da subvenção apurado no período foi registrado no resultado como receita de incentivos fiscais (Nota 23 (i)) por representar um crédito tributário reduzindo a despesa de ICMS sobre vendas. Em decorrência da Lei 14.789/23, que extingue os efeitos do benefício no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos termos do § 3º, do artigo 19 da Lei 12.973 / 2014 (Legislação Brasileira), apenas a subvenção concedida até 31 de dezembro de 2023 à Companhia e ao Grupo pelas demais autoridades fiscais foi destinada à "Reserva de incentivos fiscais" e, a partir de 1º de janeiro de 2024 a Companhia deixou de constituir a reserva.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo adotam o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (adotado em 1º de abril de 2022, em decorrência da adoção à prática contábil de *hedge accounting* - Nota 2.8(c)), e ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo possuem os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e o Grupo possuem como ativos financeiros classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos (Nota 30), relacionados substancialmente a contratos a termo de preços de açúcar e dólar.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e o Grupo mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. A Companhia e o Grupo possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3);
- Aplicações financeiras (Nota 4)
- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Outros direitos (Nota 9);
- Partes relacionadas (Nota 10); e
- Depósitos judiciais.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São incluídos nesta categoria os instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. O ativo financeiro deve ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e o Grupo apresentam os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Partes relacionadas (Nota 10);
- Arrendamentos a pagar (Nota 15);
- Parceria agrícola a pagar (Nota 15);
- Fornecedores (Nota 16);
- Empréstimos e financiamentos (Nota 17); e
- Compromissos com contratos de energia (Nota 20).

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 1º de abril de 2022, a Companhia implementou a prática contábil do *hedge accounting*, com o objetivo de ordenar os efeitos dos *hedges* no mesmo período em que a exposição protegida é reconhecida. Em observância à legislação de regência, com ênfase ao CPC 48, correlacionado ao IFRS 9, a adoção dessa metodologia foi realizada de forma prospectiva para as operações pré-existentes, bem como para as novas operações, mediante a designação para fins de *hedge accounting*, cujos derivativos são mensurados pelo valor justo e suas correspondentes variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge, em observância à sua política.

A gestão de riscos financeiros da Companhia utiliza derivativos e não-derivativos como instrumento de *hedge*, de acordo com as seguintes espécies:

- Swap cross-currency – derivativo

A Companhia utiliza *swaps cross-currency* com opções combinadas para proteger passivos financeiros reconhecidos. Os *swaps* são mensurados a valor justo e possuem os seus termos críticos semelhantes ao passivo protegido. As relações de *hedge* são consideradas perfeitas quando os termos e condições estão ajustadas para refletir os termos críticos do passivo protegido.

Os *swaps cross-currency* protegem um passivo financeiro reconhecido e tem o objetivo de compensar a variação cambial do item protegido com custo em CDI. O CDI é o Certificado de Depósito Interbancário, comumente utilizado no mercado financeiro brasileiro. Normalmente, títulos financeiros de curto prazo são indexados ao CDI, cuja taxa é divulgada diariamente. As empresas aplicam seus recursos financeiros e, majoritariamente, as aplicações da Companhia estão atreladas ao CDI. A gestão de riscos financeiros da Companhia entende que, para não existir um descasamento de taxas de juros, os *swaps* precisam ter a ponta passiva em CDI. O panorama da gestão da taxa de juros é que o aumento da taxa CDI gera um custo adicional no *swap* e um acréscimo nas aplicações financeiras, compensando o risco entre si. A diminuição da taxa do CDI gera um custo menor no *swap*, mas as aplicações financeiras têm um retorno reduzido.

- Swap IPCA x CDI – derivativo

Nessa espécie de operação, a Companhia busca financiamentos com debêntures atreladas ao IPCA, e se protege utilizando *swaps* para trocar o risco (IPCA para o CDI). Os *swaps* são mensurados a valor justo e possuem os seus termos críticos semelhantes ao passivo protegido. As relações de *hedge* são consideradas perfeitas quando os termos e condições estão ajustadas para refletir os termos críticos do passivo protegido. O custo em CDI não representa um risco para a Companhia.

- Non-delivery-forwards (“NDFs”) Cambiais

As NDFs cambiais são registradas contabilmente pelo seu valor justo. O propósito das NDFs cambiais é proteger a variação cambial do item protegido. Dentro do curso normal de suas operações, a Companhia possui receitas de exportação de açúcar e aquisição de insumos atreladas ao dólar. A gestão destas exposições cambiais é realizada de forma distinta: as operações de venda de NDF (short) têm o objetivo de proteger a variação cambial destas exportações e as operações de compra

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de NDF (long) têm o objetivo de proteger a variação cambial das aquisições de insumos para utilização no canavial.

As operações de NDFs cambiais designadas para *hedge accounting* protegem transações futuras altamente prováveis. Eventualmente, a Companhia contrata NDFs cambiais para proteger o fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros reconhecidos, que não serão designados para *hedge accounting*.

- Dívidas Cambiais – não-derivativo

A Companhia vem reduzindo a dívida em dólar (USD) e aprimorado as estratégias para controlar o risco cambial do passivo financeiro atrelado receitas futuras de exportação e mecanismos de proteção de *hedge* e contratação de derivativos. As dívidas são contratadas com datas de vencimento próximas às datas de exportação de açúcar, coincidindo os seus fluxos de caixa que estão em ordem crescente. Ao contratar as dívidas cambiais, a Companhia reconhece ao custo amortizado e a variação cambial é apurada durante o período. A variação cambial dos juros do passivo financeiro é minimizada e a Companhia designa apenas a variação cambial do principal e parte dos juros para *hedge accounting*. A designação das dívidas e juros cambiais para *hedge accounting* não é obrigatória.

As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado no patrimônio líquido (“Ajuste de avaliação patrimonial”) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício (“Resultado financeiro”). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios e nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado na rubrica “Receita operacional líquida”, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.8. Arrendamentos

O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola são contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Na data de transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados por taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a realidade econômica da Companhia e do Grupo; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A mensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, com base na variação do índice com metodologia do Consecana-SP calculado sobre a comercialização da Companhia e do Grupo aplicados no polo de Iturama e do polo de Campo Florido. Para o polo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar – AL, e a remensuração acontece ao final de cada mês, considerando as particularidades desses contratos de arrendamento que prevê a liquidação da obrigação pelo índice do mês e não pelo índice acumulado do final de safra.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, os quais foram julgados imateriais pela diretoria. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesa pelo método linear.

2.8.1 Parceria agrícola real

A Companhia considera como parceria real todo o contrato que, mediante uma participação real do parceiro na produção, confere a Companhia o direito em conjunto com o parceiro de explorar o ativo por determinado período. O parceiro participa com o custo do ativo/terra mediante o direito de receber uma participação correspondente a um percentual fixo pré-determinado da produção, enquanto a Companhia participa com todos os demais custos efetivos da produção na área do parceiro.

Essa modalidade de contrato é utilizada pela Companhia para a produção de cana-de-açúcar, nas regiões do polo de Iturama em Minas Gerais e no polo de Coruripe em Alagoas e, na avaliação da diretoria, essa operação não está sob o escopo do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, pois não é possível determinar o valor da obrigação da Companhia nos referidos contratos (obrigação variável), considerando que o parceiro somente terá direito a contraparte nas safras em que efetivamente ocorre a produção de cana-de-açúcar, sendo reconhecido contabilmente a custo de matéria-prima no resultado contra um passivo como fornecedor por competência conforme a produção na safra.

2.9. Ações em tesouraria

Representado por ações próprias adquiridas junto a antigos acionistas e mantidas em tesouraria. São reconhecidas ao custo de aquisição classificadas como um item redutor do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra e venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.10. Principais eventos ocorridos durante o período

a) Reestruturação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.239.232 na Controladora e R\$ 1.227.250 no Consolidado, ante uma posição negativa em 31 de março de 2025, nos montantes de R\$ 157.525 e R\$ 120.438, na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Na avaliação da diretoria financeira da Companhia e do Grupo, a posição acima será regularizada com as operações de longo prazo desembolsadas no encerramento da safra. (Nota 32). Historicamente, há um aumento da necessidade financeira durante a produção da safra, decorrente do crescimento do volume de estoques de produtos acabados, registrados ao custo de produção por R\$ 538.927, em 31 de dezembro de 2025. A captura da margem de contribuição dessas vendas ocorre substancialmente no período de entressafra, somada as captações de longo prazo em andamento, contribuem para a melhoria da posição de liquidez do Grupo.

Houve ainda nessa safra, maior necessidade de consumo de caixa, principalmente devido à liquidação da primeira parcela da dívida sindicalizada, formalizada no início do ano com a primeira parcela vincenda em novembro 2025, destinada a amortizar parcialmente os Bonds e quitar juros, considerando o cenário de mercado com taxas elevadas no Brasil, impulsionadas pela Selic.

Adicionalmente, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras com operações disponíveis para a captação de recursos para o alongamento imediato da dívida, todavia, a diretoria financeira tem avaliado de forma responsável a real necessidade de captação em razão dos altos custos financeiros apresentados em determinadas operações.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo mantém o foco na equalização da estrutura de capital e no equilíbrio dos seus fluxos de caixas e, durante os nove meses da safra 2025/2026, o Grupo avançou com a meta de diversificação das fontes de captação com bancos de fomento, operações estruturadas, *tradings* de açúcar e principalmente estruturas inovadoras para o grupo utilizando a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) para captações de operações alongadas e com custos adequados com grandes fundos internacionais (Nota 32).

Na data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Companhia e o Grupo mantêm linhas de crédito firmes disponíveis e em negociação de, aproximadamente, R\$ 2.814.000 com bancos de fomento, mercado de capitais e instituições financeiras, bem como conta com várias operações de revolving automático que ocorrerão durante a safra. Desse total de linhas de crédito disponíveis R\$ 1.475.400 já foram captados a partir de 1º de janeiro de 2026 até a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

Na avaliação da diretoria, essas linhas de crédito somadas com a atual posição de caixa e equivalentes, são consideradas suficientes para estabilizar a posição de capital de giro da Companhia e do Grupo nos próximos 12 meses, considerando a expectativa de geração de caixa operacional da própria safra.

b) Alterações na tributação de subvenções governamentais

Com a aprovação da Medida Provisória (“MP”) nº. 1.185/2023, aprovada pela lei 14.789/23 que revogou a isenção das subvenções para investimentos (tratada no artigo 30 da Lei 12.973/2014), não será mais permitida a exclusão do referido benefício das bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 com vigência até 31 de dezembro de 2028.

A Lei também institui um novo crédito fiscal de 25% sobre a base das subvenções concedidas, com algumas condições para habilitação e utilização, possibilitando a compensação com outros tributos devidos, ou mesmo, ressarcimento financeiro. A habilitação estipulada pela Lei, será a confirmação e enquadramento dos benefícios fiscais do Grupo como subvenção para investimento. A utilização do novo crédito fiscal será possível somente após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”) até 31 de julho do ano seguinte. A Companhia não habilitou os incentivos fiscais (crédito presumido de ICMS de MG e crédito presumido de ICMS de AL) que são a base das subvenções para investimento na base do E-Cac na Receita Federal do Brasil por entender que as condições impostas pelo órgão fiscalizador são totalmente desfavoráveis para o aceite da habilitação pelo fisco, no entanto os impactos no IRPJ e CSLL ainda são praticamente nulos, uma vez que a companhia não gerou impostos a pagar no último ano e confia que as ações judiciais impetradas contra o fisco devem prosperar.

Em 15 de abril de 2024, a Companhia obteve decisão favorável pela não tributação das subvenções estabelecida pela lei 14.789/23 através de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SIAMIG). Essa decisão vale apenas para as subvenções de crédito presumido de ICMS de MG, que representam, aproximadamente, 76% das operações da Companhia, e para o Estado de Alagoas, que representa 24% das operações, o departamento jurídico da Companhia está impetrando mandado de segurança individual. Em 15 de junho de 2024, a Companhia obteve decisão favorável também para o mesmo tema referente ao crédito presumido de ICMS de Alagoas.

Em 15 de junho de 2024, a Companhia também entrou com mandado de segurança contra a União, contestando a cobrança de PIS e COFINS sobre a subvenção estabelecida também pela Lei

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.789/23. De acordo com a Lei Complementar 160, e jurisprudências consolidadas pelo STF, os incentivos dos Estados não são passíveis de tributação pelo União e, em 31 de dezembro de 2025, o processo continua tramitando nos tribunais.

Com o advento da nova Lei, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, tem optado pela tributação de acordo com a nova Lei e aguarda os desdobramentos das liminares nos tribunais superiores de 2ª e 3ª instâncias e, em havendo resultado positivo nas instâncias superiores, a Companhia repetirá os indébitos juntos a Receita Federal do Brasil. A Companhia não espera variações significativas nos seus fluxos de caixa por conta da nova Lei uma vez que os débitos serão compensados em conta gráfica para o PIS e COFINS, e supridos quase que integralmente com as adições e exclusões na base do IRPJ e CSLL.

c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS ") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2025.

(d) Mudança de estimativa no cálculo do valor contábil das ações IAA/4870

Durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos créditos a receber pelas ações ordinárias de indenização do IAA/4870 da Companhia foi recalculado considerando que houve modificação nos fluxos de caixa esperados das referidas ações, nos termos do parágrafo B5.4.6 do Pronunciamento Técnico CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A diretoria mantém os créditos registrados ao custo amortizado, considerando a sua intenção de manter esses ativos até o seu vencimento para o recebimento do valor do principal e juros. Os detalhes desse recálculo estão divulgados na Nota 9 (a).

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão divulgadas na Nota 2.12 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2025 e não tiveram alteração para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

2.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.13. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Companhia e do Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem aos valores de caixa, em depósitos bancários, no Brasil e no exterior, em aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos e com insignificante risco de mudança de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
Caixa	249	288	249	288
Bancos conta movimento				
No país	73.831	264.304	93.335	314.377
No exterior	278.358	250.431	280.418	252.449
Aplicações financeiras	208.761	542.340	208.761	542.340
	<u>561.199</u>	<u>1.057.363</u>	<u>582.763</u>	<u>1.109.454</u>

Em 31 de dezembro de 2025, as contas bancárias e as aplicações financeiras de alta liquidez classificadas como equivalentes de caixa são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco de crédito. As aplicações são remuneradas principalmente pela variação do CDI que, em 31 de dezembro de 2025, variam de 80% a 107% do CDI (31 de março de 2025 - 95% a 107% do CDI). As aplicações no exterior são remuneradas “*overnight*” à taxa de 3% a.a. (31 de março de 2025 - taxa “*overnight*” de 3% a.a.) e estão disponíveis para uso imediato sem risco de perda de receita.

Essas aplicações financeiras têm vencimento original inferior a três meses e atendem aos requisitos do CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, para a classificação como equivalentes de caixa.

4. Aplicações financeiras

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
Operações compromissadas	9.178	11.553	9.178	11.553
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	99.152	35.887	99.152	35.887
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	96.983	-	96.983
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	11.208	13.395	11.208	13.395
Recibo de Depósito Cooperativo	22.303	14.816	22.303	14.816
Debêntures	2.395	-	2.395	-
Outras aplicações	499	4.850	499	10.600
	144.735	177.484	144.735	183.234
Circulante	(64.433)	(157.818)	(64.433)	(163.568)
Não circulante	80.302	19.666	80.302	19.666

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados preponderantemente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Operações Compromissadas e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com taxas de remuneração anual que, em 31 de dezembro de 2025, variam de 80% a 107% do CDI (31 de março de 2025 - 95% a 107% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
No país	75.009	114.494	75.020	117.033
No exterior	45.138	27.807	45.138	27.807
	120.147	142.301	120.158	144.840
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.785)	(2.005)	(1.785)	(2.005)
	118.362	140.296	118.373	142.835

A composição de contas a receber por idade de vencimento é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
A vencer	106.352	138.299	106.363	140.838
Vencidos:				
Entre 1 e 30 dias	11.228	1.611	11.228	1.611
Entre 31 e 90 dias	488	84	488	84
Entre 91 e 120 dias	2	118	2	118
Entre 121 e 180 dias	-	184	-	184
Há mais de 180 dias	2.077	2.005	2.077	2.005
	120.147	142.301	120.158	144.840

Os saldos vencidos entre 1 e 30 dias foram substancialmente liquidados financeiramente no período

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

subsequente à data-base das demonstrações contábeis intermediárias e não são considerados como risco de inadimplência pela companhia.

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para diretoria da Companhia e do Grupo para cobrir as eventuais perdas sobre os valores a receber.

Conforme requerido pelo CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a diretoria efetuou análise detalhada da expectativa de perda futura sobre contas a receber e concluiu que a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2025 é suficiente para fazer frente a essas perdas esperadas.

6. Estoques

Os estoques, com exceção dos CBIOs, estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Os estoques de CBIOs são mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial. A mensuração subsequente é reconhecida pelo menor valor entre o de reconhecimento inicial ou realizável líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Produtos acabados:					
Açúcar	(a)	406.774	37.321	406.774	37.321
Etanol		121.728	24.143	121.728	24.143
CBIOs		8.121	2.727	8.121	2.727
Melaço		2.304	1.590	2.304	1.590
Almoxarifado	(b)	136.372	142.196	136.792	142.549
		675.299	207.977	675.719	208.330
(-) Provisão para perdas nos estoques		(8.126)	(6.451)	(8.126)	(6.451)
		667.173	201.526	667.593	201.879

- a) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 61.139 está cedido em garantia de Certificados de Depósito Agropecuário – CDA's (Em 31 de março de 2025 – R\$ 19.304);
- b) Os itens de almoxarifado estão relacionados principalmente a produtos agroquímicos, insumos industriais, itens de reparo e manutenção.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Adiantamento a fornecedores de cana	443.883	540.047
(-) Provisão para perdas com adiantamentos	(73.296)	(68.245)
	370.587	471.802
Circulante	(221.784)	(356.390)
Não circulante	148.803	115.412
	Consolidado	
	31 de dezembro	31 de março de
Adiantamento a fornecedores de cana	540.673	540.047
(-) Provisão para perdas com adiantamentos	(73.296)	(68.245)
	467.377	471.802
Circulante	(221.784)	(356.390)
Não circulante	245.593	115.412

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Os contratos usualmente são firmados para um prazo de até sete ciclos de cana-de-açúcar.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores de cana equivale a aproximadamente 3.604 toneladas de cana-de-açúcar (31 de março de 2025 - 4.057 toneladas), o que corresponde a 21,6% da capacidade produtiva anual da Companhia (31 de março de 2025 – 24,5%).

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a pré-pagamentos que serão abatidos das contas a pagar originadas com a entrega da cana-de-açúcar pelo fornecedor em cada safra.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período	68.245	59.789
Novas provisões para perdas com adiantamentos	5.051	6.222
Em 31 de dezembro	73.296	66.011

No período de nove meses da safra 2025/2026, a provisão para perdas nos adiantamentos a fornecedores de cana aumentou em R\$ 5.051 decorrente das atualizações na avaliação de entrega de cana em determinadas áreas de fornecedores.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	99.422	126.046	99.556	126.180
PIS - Programa de Integração Social	17.612	22.617	17.641	22.646
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	12.189	11.475	12.189	11.475
ICMS normal - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	52.925	57.668	52.934	57.677
ICMS sobre ativo fixo - CIAP	6.849	8.323	6.849	8.323
Outros	28.366	22.256	28.371	22.261
	217.363	248.385	217.540	248.562
Circulante	(213.822)	(243.243)	(213.999)	(243.420)
Não circulante	3.541	5.142	3.541	5.142

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	556	628	556	628
Safra 2027/2028	1.793	2.488	1.793	2.488
Safra 2028/2029 em diante	1.192	2.026	1.192	2.026
	3.541	5.142	3.541	5.142

9. Outros direitos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Créditos indenizatórios - IAA	(a)	5.352.755	4.517.764	5.352.755	4.517.764
Contas a receber pela venda de lavouras	(b)	19.358	25.476	19.358	25.476
Adiantamentos a prestadores de serviços		31.471	24.323	31.471	24.324
Adiantamentos a colaboradores		11.283	9.545	11.283	9.545
Outros créditos		27.965	33.971	27.972	34.468
		5.442.832	4.611.079	5.442.839	4.611.577
(-) Provisão para perdas (i)		(6.227)	(5.291)	(6.227)	(5.291)
		5.436.605	4.605.788	5.436.612	4.606.286
Circulante		(54.436)	(74.206)	(54.443)	(74.704)
Não circulante		5.382.169	4.531.582	5.382.169	4.531.582

(i) Refere-se às provisões para perdas sobre saldo a receber de venda de lavoura (R\$ 4.747) e adiantamentos a terceiros (R\$ 1.480).

a) Ações ordinárias de indenização por perdas e danos contra a UNIÃO – IAA 4870

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui reconhecido crédito no montante de R\$ 5.352.755 (31 de março de 2025 – R\$ 4.517.764), correspondente ao valor estimado de realização de duas Ações Ordinárias de Indenização por Perdas e Danos contra a União Federal, as quais transitaram em julgado favoravelmente à Companhia em exercícios anteriores. Nas referidas ações, a Companhia pleiteia o direito de obter indenização de todos os prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes da fixação, pelo

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto do Açúcar e Álcool, do preço do açúcar e do etanol abaixo dos custos de produção, incidente sobre a comercialização desses produtos do período compreendido entre março de 1985 e junho de 1992.

Em ambas as ações, foram proferidas decisões em última instância, reconhecendo o direito da Companhia às indenizações. Após o trânsito em julgado, a União Federal ajuizou ações rescisórias visando à reversão das decisões, as quais foram definitivamente julgadas improcedentes em 23 de fevereiro de 2012 e 27 de novembro de 2013, consolidando o direito da Companhia.

Paralelamente às ações rescisórias, a Companhia iniciou a execução dos títulos judiciais (registrados sob nº 0031661-46.2002.4.01.3400 e nº 0022410-91.2008.4.01.3400), anexando suas memórias de cálculo e requerendo a expedição dos precatórios, sem qualquer impugnação por parte da União Federal dos valores apresentados nas respectivas petições de Execução do Título Judicial, mas apenas impugnação limitada à apuração do valor devido, sem questionar o direito reconhecido.

O registro contábil desses créditos ocorreu no exercício findo em 31 de março de 2015 quando, com base no trânsito em julgado favorável das referidas ações, a Diretoria decidiu pela classificação dos mesmos como custo amortizado, considerando a decisão de manutenção dos referidos direitos até a sua data de recebimento, com o objetivo de receber o principal e juros correspondentes, procedendo com o cálculo do valor presente dos créditos decorrentes dessas ações. Os valores foram determinados considerando a melhor estimativa do fluxo de caixa advindo das referidas ações com base nas seguintes principais premissas na data do cálculo:

- (i) Valor de face dos créditos calculado e periciado na data da mensuração ao valor justo: R\$ 2.836.471;
- (ii) fluxo de caixa futuro da ação, considerando a correção do IPCA-E e juros do processo, de acordo com a remuneração determinada para ações judiciais;
- (iii) estimativa de prazo para a emissão dos precatórios, considerada a partir de janeiro de 2023 com o pagamento em 10 anos, com base na avaliação dos assessores jurídicos, considerando o estágio das ações;
- (iv) taxa de desconto estimada em 6,03% equivalente a remuneração do Governo Federal para a Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B) com prazos de vencimento similar e spread equivalente ao risco da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia remensurou o valor futuro dos fluxos de caixa esperados dessas duas Ações Ordinárias em R\$ 4.759.236, ajustando o prazo de liquidação das ações para 15 anos e, assim, por se tratar de uma modificação nos fluxos de caixa dos referidos ativos, ajustou em seu balanço o valor presente dos referidos créditos, apurado o montante de R\$ 2.700.662, com base na taxa efetiva utilizada para o desconto a valor presente determinado no momento do reconhecimento inicial do ativo.

Em 4 de fevereiro de 2021, a Corte Especial do TRF1 (Tribunal Regional Federal) se reuniu para apreciar o agravo interno da União que contestava o cálculo da indenização objeto transitado em julgado. A União em seu agravo alegou haver divergência jurisprudencial com o entendimento do STJ firmado em sede de recurso repetitivo (Resp. n. 1.347.136/DF). O tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo interno da União. A decisão abordou as principais teses defendidas pela Companhia, tanto no sentido de afastar o prejuízo contábil como critério para a apuração do “*quantum debeatur*”; quanto no sentido de reafirmar que a decisão que negou seguimento ao recurso especial. Os consultores legais da Companhia entendem que a decisão está em plena consonância com o entendimento estampado no repetitivo do STJ (Resp. 1.347.136/DF – Matary), de maneira que o

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prognóstico de admissão do Recurso da União é remoto.

Após o tribunal negar provimento ao agravo, a União Federal manejou embargos executórios. No entendimento dos consultores legais da Companhia, o trânsito em julgado da ação de conhecimento, bem como da sua respectiva ação rescisória, sedimentou-se coisa julgada soberana sobre a condenação do ente público, e a União busca revisitar decisão acobertada pelo manto da coisa julgada. O agravo da União foi incluso na pauta de julgamento do Tribunal em 2022 e foi rejeitado por unanimidade pela Corte Especial.

Em setembro de 2022, com base nos embargos à execução que transitaram em julgado em agosto de 2022, a Companhia requereu a retomada da execução, a princípio apenas do Processo nº. 0031661-46.2002.4.01.3400, pleiteando a remessa dos autos à Contadoria Judicial para validação dos valores ora apresentados junto ao seu demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. O processo nº 0022410-91.2008.4.01.3400, teve os embargos à execução transitados em julgado em novembro de 2022, para o qual será realizada a retomada da execução com o valor atualizado do crédito.

Com base nos fatos acima descritos, obtidos em informações prestadas por seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2023, a diretoria da Companhia reavaliou o fluxo de caixa estimado dos créditos decorrentes das referidas ações judiciais, considerando que as decisões proferidas nos embargos à execução, ocorridas ao longo daquele exercício, encerraram definitivamente qualquer possibilidade de discussão de mérito por parte da União Federal, restando apenas o cumprimento da sentença e a atualização dos valores pela Contadoria Judicial para fins de expedição dos precatórios.

Nesse contexto, e considerando que os embargos julgados não poderiam mais trazer novos elementos que alterassem o direito da Companhia, a diretoria entendeu haver subsídios suficientes para o recálculo do valor contábil desse ativo, considerando o regramento ditado pela legislação aplicável e já incorporado ao manual de cálculos da Justiça Federal, bem como para a revisão do prazo estimado de realização do crédito e sua efetiva conversão em caixa para a Companhia. Dessa forma, esses elementos acabaram por trazer uma modificação no fluxo de caixa dos referidos ativos, com os respectivos efeitos reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de março de 2023. Esses fluxos passaram a considerar, com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, devidamente fundamentada na legislação aplicável, o pagamento dos precatórios em parcela única na safra 2026/2027.

Como resultado desse recálculo, o valor atualizado dos créditos foi estimado em R\$ 5.378.220, tendo sido reconhecido contabilmente, ajustado a valor presente, o montante de R\$ 4.018.518 em 31 de março de 2023.

Em 31 de julho de 2023 e 19 de setembro de 2023, a União apresentou manifestações sobre os processos nº 0022410-91.2008.4.01.3400 (Camaçari Agroindustrial Ltda.) e nº 0031661-46.2002.4.01.3400 (S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool), respectivamente. Nessas manifestações, embora tenha reconhecido parcialmente os valores apurados, a União questionou determinadas premissas utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a diretoria entendeu que tais questionamentos não possuíam fundamento técnico ou impacto relevante sobre a apuração do crédito, não alterando, portanto, a avaliação do montante reconhecido. Diante disso, a Companhia requereu a retomada da execução, com a remessa dos autos à Contadoria Judicial, para validação dos valores constantes de seu demonstrativo de cálculo.

Em janeiro de 2024, o processo da Usina Coruripe foi remetido para a Contadoria Judicial, tendo retornado para a Companhia em julho de 2024, com cálculos que indicaram a assertividade da

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativa da Companhia, e para os quais a Companhia pediu a sua homologação. Em agosto de 2024, a União ajuizou uma segunda ação rescisória dentro do contexto geral. Em 06 de junho de 2025, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou decisão anterior, proferida em 19 de dezembro de 2024, pela qual havia deferido o pedido de tutela de urgência sobre a ação rescisória requerido pela União para suspender a execução principal da ação do IAA/4870 da Usina. Com a suspensão da tutela sobre a ação rescisória, a execução do processo impetrado pela Coruripe contra a União voltou ao seu rito normal.

Em junho de 2024, a Juíza da 6ª Vara da SJ/DF – Seção Judiciária do Distrito Federal proferiu uma decisão limitando o período indenizatório a janeiro de 1991 para o processo da Camaçari Agroindustrial. A Companhia identificou erros materiais e ambiguidades nessa decisão e apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados em setembro de 2024. Todavia, em 21 de outubro de 2024, a Companhia interpôs um agravo de instrumento contra essa decisão e, além disso, a União também impetrou uma ação rescisória contra a Camaçari Agroindustrial, nos mesmos termos da ação contra a Usina Coruripe. Em 25 de janeiro de 2025, em sentença, a referida ação rescisória foi considerada improcedente e, dessa forma, essa ação deve seguir os mesmos trâmites da outra ação, acima mencionada. Ademais, em 25 de novembro de 2025, por unanimidade de votos, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou o provimento do agravo interno da União na Ação Rescisória da Camaçari. Ainda é possível esperar que a União apresente recurso em face desse último acórdão, mas o processo segue seu rito normal sem nenhum impedimento.

No curso do exercício de 2024, a Contadoria Judicial apresentou parecer técnico no âmbito da fase de cumprimento de sentença para o processo judicial da Usina Coruripe, no qual foram analisados os critérios de cálculo aplicáveis e apurado o valor do crédito. Embora tal manifestação decorra naturalmente do trâmite processual, a diretoria da Companhia, com o suporte de seus assessores jurídicos, procedeu à análise detalhada do parecer apresentado e, acompanhando a evolução processual desde o recebimento do referido parecer, no segundo trimestre da safra 2025/26 concluiu pela inexistência de novos elementos, ou recursos, que pudessem alterar a metodologia de cálculo ou o montante apurado. Esse processo demandou grande esforço da Diretoria da Companhia, haja vista os diversos recursos impetrados pela União ao longo da discussão, bem como as diversas variáveis que impactam no cálculo do valor dos referidos créditos.

Nesse contexto, diante da confirmação de que não restavam riscos relevantes capazes de impactar o valor do crédito, a Diretoria concluiu que estavam reunidas as condições necessárias para determinar que houve uma modificação nos fluxos de caixa estimados, causados, sobretudo, pelo valor declarado pela Contadoria Judicial, bem como pela expectativa de liquidação de uma das ações ainda em 2027.

Em 29 de novembro de 2025, foi confirmada a expectativa da Diretoria, com decisão do juízo em processo da Companhia que rejeitou a impugnação aos cálculos apresentada pela União e homologou integralmente os valores apurados pela Contadoria Judicial. Essa decisão consignou a inexistência de fundamento jurídico que autorizasse a exclusão do crédito referente ao período posterior a janeiro de 1991, uma vez que a perícia original havia apurado o crédito até junho de 1992, sem qualquer limitação imposta por decisão judicial, bem como determinou a expedição do precatório.

Nesse contexto, e com o resultado favorável da decisão descrita no parágrafo anterior, a Diretoria da Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, peticionou requisição para a expedição do precatório parcial, correspondente ao montante incontroverso da ação, considerando os efeitos da Emenda Constitucional nº 136/2025, a qual antecipou para 1º de fevereiro o prazo para processamento das requisições de pagamentos de precatórios pela União. Considera-se montante incontroverso, o

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante que a União já havia manifestado nos autos a sua concordância acerca do laudo da Contadoria Judicial.

Em 29 de novembro de 2025, foi deferida a expedição imediata do precatório referente ao valor incontroverso de R\$ 2.129.133, atualizado até 30 de setembro de 2025. Em 02 de dezembro de 2025, foi registrada no sistema judicial a minuta da respectiva Requisição de Pagamento do precatório, com a determinação de intimidação da União.

Com base nesses eventos e na avaliação de seus assessores jurídicos, a Diretoria estimava que a formalização definitiva do precatório ocorreria até 1º de fevereiro de 2026, viabilizando o recebimento do valor incontroverso em parcela única no exercício de 2027. Entretanto, em 31 de janeiro de 2026, a União interpôs agravo solicitando a reconsideração da decisão que determinara a expedição do precatório e, dessa forma, apesar de o magistrado ter indeferido o pedido, foi determinada a postergação da migração do precatório para o orçamento da União até o pronunciamento definitivo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Nesse contexto, em razão da interposição de agravo pela União no final de janeiro de 2026, na sequência do pronunciamento judicial, que, embora não tenha acolhido o pedido do referido agravo, determinou a postergação da migração do precatório para o orçamento da União até o pronunciamento definitivo do TRF-1, o fluxo de caixa referente ao valor incontroverso, anteriormente estimado para recebimento em parcela única no exercício de 2027, foi postergado para recebimento em parcela única em 2028, haja vista que o período constitucional para confirmar a inscrição do precatório para liquidação em 2027 já foi expirado.

Conforme descrito anteriormente, a Companhia procedeu à remensuração dos créditos estimados do processo da Usina Coruripe, no período findo em 30 de setembro de 2025, os quais foram adotados como a melhor estimativa, passando a adotar como base de mensuração os valores apurados pela Contadoria Judicial, considerando o estágio processual das ações e as decisões então existentes.

Com as movimentações no processo que postergaram a inscrição imediata da parte incontroversa, a parcela remanescente ao montante do incontroverso, embora ainda não tenha sido objeto de expedição formal até a presente data, mas que integra o mesmo título judicial, foi abrangida pela decisão que determinou a expedição do precatório e já está integralmente refletida no valor do crédito reconhecido pela Companhia. Considerando o estágio atual dos processos e o regramento legal de pagamento dos precatórios, a diretoria, em conjunto com seus assessores jurídicos, estima, que o valor do crédito, no montante de R\$ 4.234.207, será liquidado em parcela única no exercício de 2028.

O recálculo realizado pela Diretoria resultou na apuração do valor atualizado na ação da Usina no valor de R\$ 4.903.061 e no reconhecimento desses créditos, ajustados a valor presente, no montante de R\$ 4.172.678, em 30 de setembro de 2025. Para o cálculo do valor presente do montante atualizado dos créditos, a diretoria manteve a taxa de juros efetiva determinada no reconhecimento inicial desse ativo, equivalente a 6,03% ao ano, conforme determinado pelo parágrafo 5.4.3 do CPC 48/ IFRS 9.

A ação da Camaçari, também ajustado a valor presente, perfaz o montante de R\$ 1.118.548, na data base dessas demonstrações financeiras e não tiveram os seus fluxos ajustados em razão de não haver alterações nos fluxos de caixa estimados até a presente data.

Durante os nove meses da safra 2025/2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 834.991 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 191.279) relativos ao ajuste do saldo contábil a valor presente, em

contrapartida da linha de receita financeira no resultado do exercício (Nota 25).

No exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia reverteu as provisões que mantinha para os tributos calculados sobre os créditos indenizatórios do IAA/4870, considerando a atualização de sua estimativa para o pagamento desses tributos. Até 31 de março de 2024, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$ 158.280, para o recolhimento de PIS e COFINS diferidos sobre as receitas financeiras registradas a partir de 1º de julho de 2015, a qual era calculada às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, essas provisões estavam registradas como Tributos a recolher (Nota 18), e a variação entre os períodos em Outras despesas operacionais (Nota 27) na demonstração do resultado. A Companhia também mantinha registrada a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos que, em 31 de março de 2024 eram no montante de R\$ 625.640, determinados à alíquota de 15,25% para o Imposto de Renda e Contribuição Social, e calculados sobre o montante total do crédito considerando o benefício fiscal do lucro na exploração (Nota 28).

Adicionalmente, a Companhia reconhece ainda provisão para pagamento de honorários advocatícios devidos no êxito das referidas ações, calculada considerando os contratos firmados com os respectivos escritórios de advocacia responsáveis pelas ações. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dessa provisão é de R\$ 674.448 (Em 31 de março de 2025 – R\$ 567.128), registrada no passivo não circulante em “Outras obrigações”.

Esses créditos indenizatórios foram cedidos em garantia de 1º grau a operação do CRA em 2018, e de 2º grau para a operação de dívida sindicalizada realizada em janeiro de 2025 (Nota 17). Em 30 de janeiro de 2025, os Bonds emitidos pela controlada foram substancialmente liquidados e a garantia dos créditos de indenização do IAA/4878 atrelados a essa dívida foram liberadas.

b) **Créditos pela venda de lavouras**

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo refere-se a valores a receber pela venda de cana soca em Iturama e Campo Florido, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo (valor presente) com a apropriação de juros na ordem de 11,42% e 10,75% pelo método do custo amortizado. O saldo possui expectativa de recebimento no período das próximas duas safras.

10. **Partes relacionadas**

Controle

A Companhia é controlada pela Coruripe Holding S.A. O Grupo Tercio Wanderley refere-se ao conjunto das três holdings familiares que atuam juntas conforme o Acordo de Acionistas e que possuem o controle conjunto da Coruripe Holding S.A.

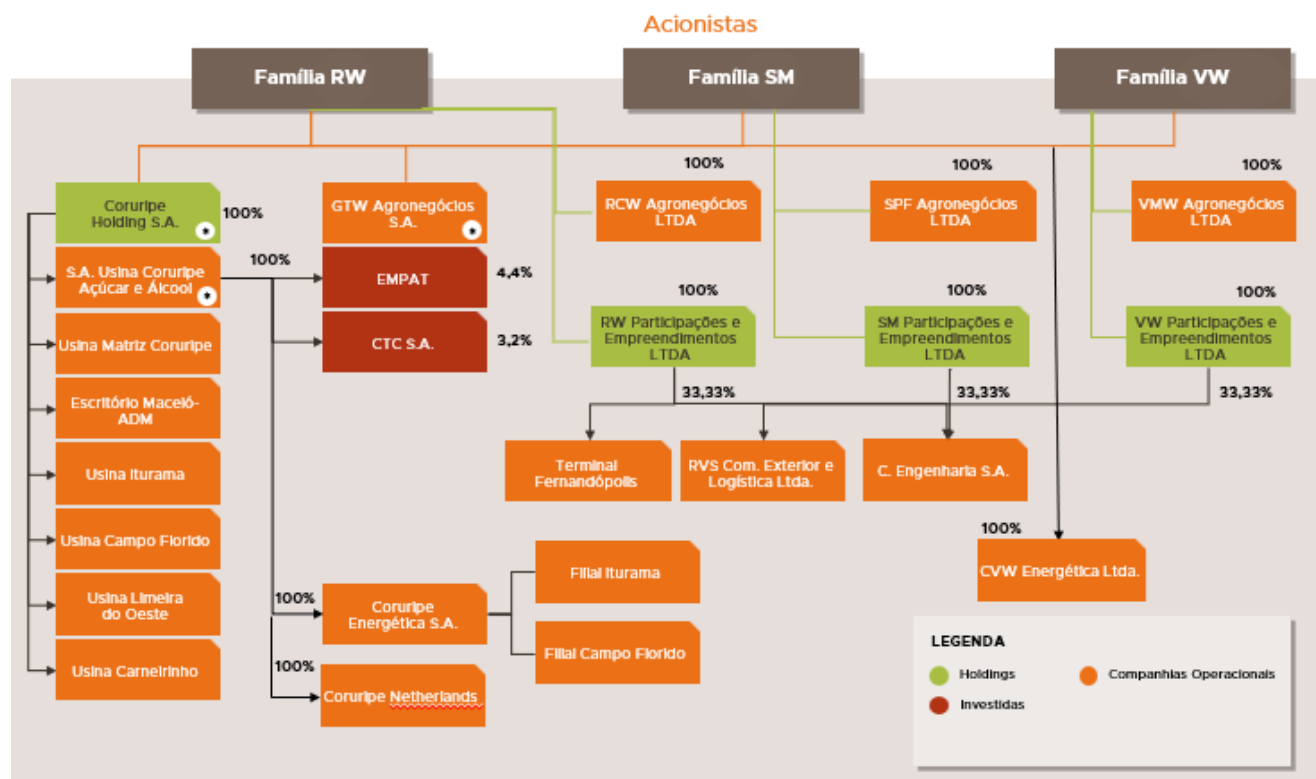
O organograma societário do Grupo Tercio Wanderley, ao qual a Companhia pertence, está assim demonstrado:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ESTRUTURA GRUPO TÉRCIO WANDERLEY



Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 8.586 e R\$ 8.178 nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente.

A Companhia possui os seguintes saldos mantidos com partes relacionadas:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Relacionamento	Nota	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo						
Circulante						
Mútuo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)		21.115		
CVW Energética Ltda.	Sob controle comum	(a)	28.817	27.415	28.817	27.415
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum		320		320	
Adiantamento a fornecedores						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	-	11.175	-	11.175
			29.137	59.705	29.137	38.590
Não circulante						
Adiantamento a fornecedores						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	-	19.675	-	19.675
Mútuo						
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(a)	30.764	22.593		
			30.764	42.268	-	19.675
Total do ativo			59.901	101.973	29.137	58.265
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	Coligada		495	72	495	72
V.M.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	7.478	4.431	7.478	4.431
S.P.F. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	7.478	4.431	7.478	4.431
R.C.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	7.478	4.829	7.478	4.829
Arrendamentos a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	946	13.221	946	13.221
Dividendos propostos						
Coruripe Holding S.A.	Controladora	22 (d)	13.000		13.000	
			36.875	26.984	36.875	26.984
Não circulante						
Arrendamentos a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	148.186	167.032	148.186	167.032
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos						
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(d)	90.799	99.951		
Dividendos propostos						
Coruripe Holding S.A.	Controladora	22 (d)	37.000		37.000	
			275.985	266.983	185.186	167.032
Total do passivo			312.860	293.967	222.061	194.016

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com condições negociadas entre as partes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Relacionamento	Nota	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Receita						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	1.007	711		
CVW Energética Ltda	Sob controle comum	(c)	77		77	
			1.084	711	77	
Custo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	(9.098)	(8.584)		
CVW Energética Ltda	Sob controle comum	(c)	(7.377)	(10.465)	(7.377)	(10.465)
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	Coligada		(1.726)	(1.855)	(1.726)	(1.855)
V.M.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(22.396)	(14.475)	(22.396)	(14.475)
S.P.F. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(22.396)	(14.475)	(22.396)	(14.475)
R.C.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(22.396)	(14.479)	(22.396)	(14.479)
			(85.389)	(64.333)	(76.291)	(55.749)
Outras receitas operacionais						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	9.981	10.115		
CVW Energética Ltda	Sob controle comum	(c)	2.531	3.616	2.531	3.616
			12.512	13.731	2.531	3.616
Receitas financeiras						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	1.020	1.220		
CVW Energética Ltda	Sob controle comum	(a)		2.087		2.087
			1.020	3.307		2.087
Despesas financeiras						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	(17.391)	(16.432)	(17.391)	(16.432)
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(d)	(7.726)	(142.610)		
			(25.117)	(159.042)	(17.391)	(16.432)
Adiantamento de dividendos recebidos						
Coruripe Energética S.A.	Controlada		35.603			
			35.603			
Dividendos distribuídos						
Coruripe Holding S.A.	Controladora		(8.506)	(14.864)	(8.506)	(14.864)
			(8.506)	(14.864)	(8.506)	(14.864)

- (a) A Companhia possui contratos firmados com partes relacionadas, sendo:
- I. CVW Energética Ltda: contrato de mútuo com início em janeiro de 2021 com taxa de juros de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais 5,5%; e
 - II. Coruripe Netherlands B.V.: trata-se de mútuo sem incidência de juros que terá liquidação dentro dos contratos de PPE da Usina Coruripe *versus* Coruripe Netherlands B.V.
- (b) Esses saldos referem-se aos 31 contratos de parceria de cana firmados com GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, em 28 de setembro de 2009, com vigência de até 37 anos, podendo ser prorrogados por mútuo acordo entre as partes. Os preços são apurados entre as partes e reajustados anualmente de acordo com a variação dos índices Açúcar Total Recuperável - ATR, elaborado pela Companhia com base na metodologia do Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool - CONSECANA.

Os contratos de arrendamento das terras localizadas no Estado de Alagoas com a GTW Agronegócios S.A. foram rescindidos com data base de 30 de dezembro de 2023. Os contratos de arrendamento foram substituídos por três novos contratos de parceria pura, que ocorre mediante uma participação real do parceiro na produção (fora do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, as condições de preço e prazos dos contratos foram mantidas em conformidade com o anterior.

Os contratos de arrendamento das terras de Minas Gerais continuaram no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, os saldos de passivo de curto e longo prazo mais os juros sobre o resultado desses contratos estão apresentados nas tabelas acima.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Companhia possui contratos de compra e venda firmado para a venda de bagaço de cana-de-açúcar “in natura” e compra de vapor da Coruripe Energética S.A. e CVW Energética Ltda., vigentes até 31 de março de 2029. Os preços foram determinados entre as partes e são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulada do exercício.
- (d) Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia precificou mediante sua controlada Coruripe Netherlands BV, o montante de US\$ 300 milhões em uma operação “05 Non-Call 3 Senior Secured Bond”, formato ^a44A/Regs. Como resultado dessa operação, a Coruripe Netherlands liquidou dívidas em dólar da Companhia com bancos sindicalizados mediante a cessão dos direitos de contratos de PPE (pré-pagamentos de exportação) desses bancos para a Coruripe Netherlands. Adicionalmente, foram constituídos novos contratos de PPE entre a Companhia e a Coruripe Netherlands, transferindo o restante dos recursos captados na operação do Bond para o caixa da Companhia, com juros de 10,05% ao ano. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas em reais com os demais bancos do mesmo sindicato, bem como para a manutenção do fluxo de caixa operacional na Companhia.

Em 30 de janeiro de 2025, houve o pré-pagamento de aproximadamente US\$ 281.200 (93,7% da operação), conforme descrito na Nota 17.

O fluxo de pagamentos dos contratos de PPE firmados entre a Companhia e a sua controlada (parcialmente liquidados) é idêntico ao fluxo de pagamentos da operação original.

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de cessão gratuita de alguns bens móveis e áreas de sua planta industrial. Na unidade de Iturama, o comodato permanecerá em vigor até 2032 e na unidade de Campo Florido permanecerá em vigor até dezembro de 2037. Esses bens e áreas são utilizados como instalações pela controlada Coruripe Energética para execução de seu negócio de geração de energia elétrica renovável.

11. Investimentos

Os saldos de investimentos da Controladora e do Consolidado são apresentados como segue:

		Controladora					
Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de participação societária	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Coruripe Energética S.A. (i)	100,00%	26.110	44.683	26.110	44.683	23.212	31.171
Coruripe Netherland B.V. (ii)	100,00%	(28.715)	(31.439)	(28.715)	(31.439)	1.756	3.240
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Silverstones (iii)	100,00%	96.790		96.790			
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	3,16%	1.290.889	1.125.891	40.801	35.586	5.215	4.352
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	26.025	32.751	1.145	1.441	(296)	8
		1.411.099	1.171.886	136.131	50.271	29.887	38.771

		Consolidado					
Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de participação societária	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	3,16%	1.290.889	1.125.891	40.801	35.586	5.215	4.352
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	26.025	32.751	1.145	1.441	(296)	8
		1.316.914	1.158.642	41.946	37.027	4.919	4.360

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos durante o período foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período	50.271	41.111	37.025	32.193
Resultado de equivalência patrimonial	29.887	38.771	4.919	4.360
Dividendos distribuídos	(41.923)			
Demais reflexos de investimentos	97.896	(983)	1	
Saldo no final do período	136.131	78.899	41.945	36.553

A participação no CTC e EMPAT são contabilizados aplicando o método da equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, uma vez que a Companhia possui influência significativa na administração das referidas investidas. Os administradores da Companhia mantêm um conselheiro no Conselho de Administração dessas investidas com o poder de participar das decisões financeiras e operacionais, mas sem controlar. Esse julgamento tem sido aplicado de forma consistente nos períodos apresentados.

A Companhia também possui controle da Usina Corurema Ltda., com participação direta de 50% e indireta de 50%, por meio da Coruripe Energética S.A.

Essa controlada é uma entidade pré-operacional e teve seus projetos suspensos por tempo indeterminado e suas atividades paralisadas, sem apresentar saldos relevantes ou movimentações nos períodos apresentados.

Pelas razões descritas acima, a diretoria da Companhia optou por manter o registro dos investimentos ao valor contábil zero e não proceder com a consolidação desses investimentos.

Informações da controlada: Coruripe Energética S.A

Balanco patrimonial em:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.504	50.073	Fornecedores	986	841
Contas a receber de clientes	11	2.539	Empréstimos e financiamentos	6.372	145
Estoques	420	353	Salários e encargos sociais	96	134
Tributos a recuperar	177	177	Tributos a recolher	2.024	1.168
Outros créditos	7	1	Partes relacionadas		21.115
			Dividendos propostos		6.320
			Outras obrigações	709	7
Total do ativo circulante	20.119	53.143	Total do passivo circulante	10.187	29.730
Não circulante			Não circulante		
Imobilizado	16.178	21.406	Empréstimos e financiamentos		6.318
Total do ativo não circulante	16.178	21.406	Total do passivo não circulante		6.318
			Total do passivo	10.187	36.048
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	11.211	11.211
			Reservas de lucros	14.899	27.290
			Total do patrimônio líquido	26.110	38.501
Total do ativo	36.297	74.549	Total do passivo e do patrimônio líquido	36.297	74.549

Demonstração do resultado dos períodos de três e nove meses findos em:

	31 de dezembro 2025		31 de dezembro 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	17.104	59.207	16.492	55.461
Custo de geração de energia elétrica e vapor	(11.372)	(32.507)	(5.730)	(21.546)
Lucro bruto	5.732	26.700	10.762	33.915
Despesas gerais e administrativas	(20)	(129)	(20)	(56)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4)	(16)	(6)	(4)
Lucro operacional	5.708	26.555	10.736	33.855
Receitas financeiras	589	936	23	62
Despesas financeiras	(359)	(2.021)	573	(770)
Resultado financeiro	230	(1.085)	596	(708)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.938	25.470	11.332	33.147
Imposto de renda e contribuição social	(772)	(2.258)	(688)	(1.976)
Lucro líquido do período	5.166	23.212	10.644	31.171
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	170	762	349	1.023

Informações da controlada: Coruripe Netherlands B.V.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial em:

	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.060	2.018	Fornecedores	10	775
Aplicações financeiras		5.750			
Outros direitos		497			
Total do ativo circulante	2.060	8.265	Total do passivo circulante	10	775
Não circulante			Passivo não circulante		
Partes relacionadas	90.799	99.951	Empréstimos e financiamentos	90.799	99.951
			Partes relacionadas	30.764	38.354
			Tributos a recolher		575
Total do ativo não circulante	90.799	99.951	Total do passivo não circulante	121.563	138.880
			Total do passivo	121.573	139.655
			Patrimônio líquido		
			Prejuízos acumulados	(28.714)	(31.439)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(28.714)	(31.439)
Total do ativo	92.859	108.216	Total do passivo e do patrimônio líquido	92.859	108.216

Demonstração do resultado dos períodos de três e nove meses findos em:

	31 de dezembro 2025		31 de dezembro 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas gerais e administrativas	(123)	(523)	(358)	(552)
Prejuízo operacional	(123)	(523)	(358)	(552)
Receitas financeiras	2.874	9.174	59.695	143.998
Despesas financeiras	(2.283)	(6.679)	(58.123)	(140.206)
Resultado financeiro	591	2.495	1.572	3.792
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	468	1.972	1.214	3.240
Imposto de renda	(7)	(216)		
Lucro líquido do período	461	1.756	1.214	3.240

Informações da controlada: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Silverstones

A Companhia mantém investimento em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Silverstones, classificado como FIDC Não Padronizado (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado, com um único cotista, sendo este a própria Companhia, caracterizando-se, portanto, como fundo exclusivo. Em 31 de março de 2025, esse investimento estava apresentado como aplicações financeiras nas demonstrações contábeis da Companhia e do Grupo, e não está sendo reapresentado pela diretoria considerando não se tratar de mudança material em relação aos ativos totais da Companhia e do Grupo.

Na data-base, o fundo apresenta patrimônio líquido de R\$ 96.790, substancialmente representado por direitos creditórios originados dos fornecedores de cana-de-açúcar da Companhia.

Nas demonstrações contábeis consolidadas do grupo, os ativos mantidos por esse fundo exclusivo estão apresentados na rubrica de adiantamentos a fornecedores, uma vez que representam desembolsos efetuados pela Companhia, no curso normal das operações com fornecedores e que, ainda que tenham sido estruturados para a constituição de um FIDC, mantêm sua essência

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

econômica vinculada aos adiantamentos de recursos relacionados à cadeia de fornecimento de cana-de-açúcar da Companhia.

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol na próxima safra. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A Companhia e o Grupo possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos estados de Minas Gerais e Alagoas. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade semi perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (soqueira) continua no solo. A soqueira (planta portadora) devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada economicamente viável, em média, entre seis e sete cortes.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas na sistemática do CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês e apurado pela performance de preço dos produtos da Companhia para as unidades de Minas Gerais. Já na unidade de Coruripe a apuração é pela performance do preço do Sindaçúcar-AL. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As áreas cultivadas representam apenas a cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram e a planta portadora.

A mensuração a valor justo dos ativos biológicos está classificada como nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparadas por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço do mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CCT); (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo através do fluxo de caixa descontado:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de março de 2025	
	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste
Área estimada de colheita (em hectares)	25.657	84.024	25.979	78.170
Produtividade prevista (em toneladas de cana por hectare)	70,69	79,03	75,40	80,38
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Parceria	134,00	137,50	134,00	136,50
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Arrendamento	114,09	125,81	114,09	125,81
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	1,2197	1,2119	1,4644	1,2531

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa futuros a serem gerados e traz os correspondentes fluxos descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 13,05% a.a. (31 de março de 2025 – 13,76% a.a.), compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial em 31 de março	630.087	628.796
Aumento decorrente de tratos culturais	288.603	257.185
Redução decorrente da colheita	(496.734)	(457.651)
Realização da mais valia de períodos anteriores	(30.925)	(49.782)
Redução decorrente da venda de lavouras	(2.873)	(2.143)
Aumento decorrente da aquisição de lavouras	81	192
Depreciação de lavouras (Nota 13)	210.641	185.493
Variação no valor justo	(20.847)	850
Saldo final em 31 de dezembro	578.033	562.940

A variação no valor justo dos ativos biológicos é registrada em contrapartida do custo dos produtos vendidos, vide Nota 24.

Sensibilidade do valor justo

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia avaliou o impacto do cálculo do valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2025, considerando o aumento/redução nas seguintes premissas: (i) preço da tonelada de cana de açúcar; e (ii) produtividade da lavoura. As demais premissas foram mantidas constantes. Segue análise de sensibilidade considerando três cenários de variação para mais ou para menos.

Variações:	Unidade	Tipo	Controladora e Consolidado		
			2,50%	5,00%	7,50%
Preço	Mil R\$	(+/-)	24.942	49.884	74.826
Volume	Mil R\$	(+/-)	19.748	39.496	59.244

13. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 27 e seguindo orientação da Interpretação “ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

A Companhia e o Grupo realizam as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Composição dos saldos

Taxas médias de depreciação	Controladora						
	31 de dezembro de 2025			31 de março de 2025			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	
Edificações e benfeitorias	4%	425.449	(200.205)	225.244	402.483	(192.799)	209.684
Móveis e utensílios	8%	33.119	(17.886)	15.233	28.191	(16.252)	11.939
Máquinas e equipamentos	5%	2.839.956	(2.067.462)	772.494	2.557.911	(1.827.168)	730.743
Instalações	4%	480.993	(214.983)	266.010	458.131	(203.017)	255.114
Implementos agrícolas	7%	938.858	(805.794)	133.064	844.937	(675.557)	169.380
Veículos	20%	82.661	(69.924)	12.737	88.061	(72.208)	15.853
Equipamentos de informática	10%	17.224	(8.374)	8.850	16.160	(7.365)	8.795
Imobilizado em andamento		200.108		200.108	271.306		271.306
Terrenos e propriedades		31.394		31.394	30.263		30.263
Direito de uso lavoura formação CPC 06		31.452		31.452	35.859		35.859
Lavoura de cana	14,3%	1.706.889	(864.579)	842.310	1.470.852	(671.707)	799.145
		6.790.129	(4.251.233)	2.538.896	6.206.180	(3.668.099)	2.538.081

Taxas médias de depreciação	Consolidado						
	31 de dezembro de 2025			31 de março de 2025			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	
Aeronaves	10%	2.026	(2.026)	2.026	2.026	(2.026)	
Edificações e benfeitorias	4%	427.209	(201.366)	225.843	404.243	(193.922)	210.321
Móveis e utensílios	8%	33.157	(17.908)	15.249	28.229	(16.271)	11.958
Máquinas e equipamentos	5%	2.931.437	(2.148.640)	782.797	2.643.488	(1.898.247)	745.241
Instalações	4%	484.265	(216.639)	267.626	461.024	(204.535)	256.489
Implementos agrícolas	7%	938.858	(805.794)	133.064	844.937	(675.557)	169.380
Veículos	20%	82.661	(69.924)	12.737	88.061	(72.208)	15.853
Equipamentos de informática	10%	17.224	(8.374)	8.850	16.160	(7.365)	8.795
Imobilizado em andamento		203.752		203.752	276.183		276.183
Terrenos e propriedades		31.394		31.394	30.263		30.263
Direito de uso lavoura formação CPC 06		31.452		31.452	35.859		35.859
Lavoura de cana	14,3%	1.706.889	(864.579)	842.310	1.470.852	(671.707)	799.145
		6.890.324	(4.335.250)	2.555.074	6.301.325	(3.741.838)	2.559.487

Movimentação dos saldos

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						
	31 de março de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações	Transferências	31 de dezembro de 2025
Edificações e benfeitorias	209.684	6.459	(17)	(10.275)		19.393	225.244
Móveis e utensílios	11.939	2.293	(8)	(2.018)		3.027	15.233
Máquinas e equipamentos	730.743	169.681	(392)	(243.348)		115.810	772.494
Instalações	255.114	8.760	(1.263)	(16.537)		19.936	266.010
Implementos agrícolas	169.380	93.701	(256)	(130.808)		1.047	133.064
Veículos	15.853	495		(3.979)		368	12.737
Equipamentos de informática	8.795	439	(3)	(1.011)		630	8.850
Imobilizado em andamento	271.306	90.389	(1.149)			(160.438)	200.108
Terrenos e propriedades	30.263	904				227	31.394
Direito de uso lavoura formação CPC 06	35.859			(9.190)	4.783		31.452
Lavouras de cana	799.145	240.975	(8.292)	(201.451)	11.933		842.310
	2.538.081	614.096	(11.380)	(618.617)	16.716		2.538.896

	Consolidado						
	31 de março de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações	Transferências	31 de dezembro de 2025
Edificações e benfeitorias	210.321	6.460	(17)	(10.314)		19.393	225.843
Móveis e utensílios	11.958	2.293	(8)	(2.019)		3.025	15.249
Máquinas e equipamentos	745.241	172.181	(392)	(253.448)		119.215	782.797
Instalações	256.489	9.030	(1.263)	(16.676)		20.046	267.626
Implementos agrícolas	169.380	93.701	(256)	(130.808)		1.047	133.064
Veículos	15.853	495		(3.978)		367	12.737
Equipamentos de informática	8.795	439	(3)	(1.012)		631	8.850
Imobilizado em andamento	276.183	92.669	(1.149)			(163.951)	203.752
Terrenos e propriedades	30.263	904				227	31.394
Direito de uso lavoura formação CPC 06	35.859			(9.190)	4.783		31.452
Lavouras de cana	799.145	240.975	(8.292)	(201.451)	11.933		842.310
	2.559.487	619.147	(11.380)	(628.896)	16.716		2.555.074

Adições de imobilizado que não afetaram fluxos de caixa

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, na Controladora e no Consolidado, o imobilizado em andamento considera efeitos de capitalização de juros de empréstimos no montante de R\$ 19.566, considerando uma taxa média de capitalização de 18,72% a.a. (31 de dezembro de 2024 - R\$ 16.430 com taxa média de 15,49% a.a.) sobre a expansão da indústria em Campo Florido/MG e obras na unidade de Coruripe/AL.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, na Controladora e no Consolidado, as lavouras de cana em formação consideram efeitos de R\$ 8.940 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 10.557) relacionados a apropriação da depreciação do direito de uso de terras e da capitalização de juros dos passivos de arrendamento, calculada com base em uma taxa média anual que varia de 10,77% a 17,42% (31 de dezembro de 2024 – 10,70% a 17,84%) de acordo com o prazo de vigência de cada contrato, considerando a taxa incremental de captação na data de início dos contratos.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, itens do imobilizado no montante de R\$ 656.776 (31 de março de 2025 - R\$ 668.259), encontram-se gravados em garantia dos credores, em operações de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia.

Imobilizado em andamento

Refere-se, substancialmente, a retrofit das caldeiras das unidades, investimentos na instalação de cristalizadores, centrifugas de açúcar e adutoras de água. Ambos os investimentos com apropriação prevista para abril de 2026.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo atribuído

Refere-se à adoção do custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os efeitos contábeis da adoção do custo atribuído pela Companhia em 1º de abril de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Custo histórico	Mais valia	Custo atribuído
Edificações e outros imóveis	165.043	31.521	196.564
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	420.423	475.409	895.832
	585.466	506.930	1.092.396

O saldo remanescente da mais valia incluída no ativo imobilizado (custo atribuído reduzido da depreciação acumulada), os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos e o ajuste de avaliação patrimonial relacionados ao custo atribuído estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Mais valia incluída no imobilizado	49.426	57.130
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.805)	(19.424)
Ajuste de avaliação patrimonial	32.621	37.706

14. Intangível

Softwares	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial em 31 de março	7.757	6.648
Custo	16.092	12.824
Amortização acumulada	(8.335)	(6.176)
Valor residual	7.757	6.648
Adições	78	2.630
Transferência	1.149	
Amortização	(1.938)	(1.550)
Em 31 de dezembro	7.046	7.728
Custo	17.319	15.454
Amortização acumulada	(10.273)	(7.725)
Valor residual	7.046	7.729
Taxa média de amortização anual	20%	20%

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

As movimentações dos ativos de direito de uso foram as seguintes, para a Controladora e Consolidado:

	Controladora e Consolidado			
	Veículos, máquinas e equipamentos	Parcerias agrícolas	Arrendamentos agrícolas	Ativos de direito de uso
Saldo em 1º de abril de 2024	144.386	836.009	360.745	1.341.140
Remensuração	532	11.104	282	11.918
Adições (baixas) de contratos	72.580	113.567	25.664	211.811
Depreciação	(31.652)	(123.246)	(31.212)	(186.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.846	837.434	355.479	1.378.759
Saldo em 1º de abril de 2025	177.308	950.242	392.758	1.520.308
Remensuração	23	609	(8.253)	(7.621)
Adições (baixas) de contratos		152.374	25.530	188.070
Depreciação	(33.227)	(108.833)	(35.003)	(177.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	154.270	994.392	375.032	1.523.694
Vigências dos contratos (anos)	1 a 6	2 a 19	5 a 37	

As movimentações dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado		
	Arrendamentos a pagar	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	563.574	796.564	1.360.138
Pagamentos	(101.157)	(242.783)	(343.940)
Adições (baixas) de contratos	99.190	89.228	188.418
Remensuração	814	11.104	11.918
Apropriação de encargos financeiros	60.230	120.476	180.706
Saldo em 31 de dezembro de 2024	622.651	774.589	1.397.240
Circulante	(166.196)	(226.012)	(392.208)
Não circulante	456.455	548.577	1.005.032
Saldo em 1º de abril de 2025	667.868	1.060.942	1.728.810
Pagamentos efetuados	(147.655)	(333.449)	(481.104)
Adição (baixas) de contratos	29.836	143.055	172.891
Remensuração	(8.230)	609	(7.621)
Apropriação de encargos financeiros	64.570	103.363	167.933
Saldo em 31 de dezembro de 2025	606.389	974.520	1.580.909
Circulante	(80.219)	(79.317)	(159.536)
Não circulante	526.170	895.203	1.421.373

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Acima de 1 a 2 anos	137.349	105.075
Acima de 2 a 3 anos	156.971	159.678
Acima de 3 a 4 anos	104.515	166.084
Acima de 4 a 5 anos	96.170	149.083
Acima de 5 a 6 anos	95.196	106.890
Acima de 6 anos	831.172	783.105
	1.421.373	1.469.915

A Companhia utiliza taxas de desconto incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustados às suas circunstâncias. As taxas de desconto incrementais consideram o escalonamento do prazo do contrato para os *spreads* de financiamento, como segue:

Período do contrato	Taxa incremental
De 1 a 3 anos	7,32% a 18,35%
De 3 a 6 anos	8,26% a 18,07%
De 6 a 9 anos	8,96% a 17,83%
De 9 a 12 anos	9,64% a 17,52%
De 12 a 37 anos	10,77% a 17,42%

Para o polo de Minas Gerais, a remensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar é realizada ao final da safra, com base na variação do índice com metodologia do Consecana - SP calculado sobre a comercialização da Companhia, considerando a data-base 31 de março. Para o polo de Alagoas, a remensuração acontece ao final de cada mês, com base no índice do Sindaçúcar – AL, considerando as particularidades desses contratos de arrendamento que prevê a liquidação da obrigação pelo índice do mês e não pelo índice acumulado do final de safra.

A Companhia mantém 31 contratos de locação com sua parte relacionada GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, com prazo de até 37 anos (Nota 10 (b)). Esses contratos correspondem a aproximadamente 17 mil hectares de terras localizadas no Estado de Minas Gerais. Os contratos foram reconhecidos como arrendamento mercantil, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Cana-de-açúcar	366.297	229.755	366.297	229.755
Materiais, serviços e outros	147.814	146.534	148.810	148.150
	514.111	376.289	515.107	377.905
Circulante	(505.037)	(362.678)	(506.033)	(364.294)
Não circulante	9.074	13.611	9.074	13.611

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

A posição de empréstimos e financiamentos da Controladora e Consolidado é apresentada como segue:

Modalidade	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Moeda nacional						
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	CDI	3,00 a 9,00	692.687	1.060.127	692.687	1.060.127
CCB - Cédula de Crédito Bancário	PRÉ / CDI / SELIC	3,00 a 15,42	432.308	372.109	438.680	378.572
CPR - Cédula de Produtor Rural	CDI / PRÉ	1,90 a 15,48	824.042	702.600	824.042	702.600
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	PRÉ / IPCA	3,50 a 14,30		42.886	-	42.886
Debêntures	IPCA	10,08	179.211	97.808	179.211	97.808
CCE - Cédula de Crédito a Exportação	CDI	2,43 a 5,00	234.545	96.772	234.545	96.772
Finame	PRÉ / CDI / IPCA	3,00 a 15,39	72.829	88.281	72.829	88.281
CDA - Certificado Depósito Agropecuário	PRÉ	13,35 a 13,65	44.789		44.789	
Crédito Rural	CDI	4,00	3.490	7.149	3.490	7.149
Nota Comercial	PRÉ	15,11	15.510	7.927	15.510	7.927
			2.499.411	2.475.659	2.505.783	2.482.122
Moeda estrangeira (US\$)						
Bonds	PRÉ	10,05	91.972	99.898	91.972	99.898
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	PRÉ / SOFR	3,50 a 12,00	572.835	626.195	572.835	626.195
PPE - Pré-pagamento de Exportação	PRÉ / SOFR	3,00 a 8,75	1.237.712	1.351.180	1.237.712	1.351.180
			1.902.519	2.077.273	1.902.519	2.077.273
Total empréstimos e financiamentos			4.401.930	4.552.932	4.408.302	4.559.395
Circulante			(1.782.460)	(1.459.636)	(1.788.832)	(1.459.781)
Não circulante			2.619.470	3.093.296	2.619.470	3.099.614

Os montantes exigíveis no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	475.460	1.173.220	475.460	1.179.538
Safra 2027/2028	757.019	624.992	757.019	624.992
Safra 2028/2029	565.827	535.340	565.827	535.340
Safra 2029/2030	434.461	434.061	434.461	434.061
Safra 2030/2031	379.255	325.683	379.255	325.683
Safra 2031/2032 em diante	7.448		7.448	
	2.619.470	3.093.296	2.619.470	3.099.614

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de abril	4.552.932	4.070.694	4.559.395	4.079.926
Captações	1.452.758	1.215.418	1.452.758	1.215.418
Juros e variações cambiais incorridos	386.886	1.003.829	387.759	1.004.343
Pagamento de principal	(1.547.438)	(1.185.032)	(1.547.528)	(1.185.122)
Pagamento de juros	(443.208)	(320.384)	(444.082)	(321.091)
Em 31 de dezembro	4.401.930	4.784.525	4.408.302	4.793.474

Garantias

Os referidos empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas, alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, estoques e contas a receber de exportações.

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- i. Relação da dívida líquida pelo LAJIDA ajustado $\leq 3,0$;
- ii. Relação LAJIDA ajustado pela despesa financeira líquida (excluído as perdas ou ganhos com variações cambiais) $\geq 2,5$;
- iii. Liquidez Corrente $\geq 1,0$;
- iv. CAPEX (*Capital Expenditure*) $\leq 1.380.000$; e
- v. Distribuição de dividendos $\leq 25\%$ do lucro líquido apurado.

Os *covenants* são mensurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, excluindo os efeitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, cujo cumprimento das cláusulas é exigido apenas para o encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia obteve a aprovação antecipada (*waiver*) para o índice de liquidez, do qual não foi atendido na data das demonstrações contábeis, todos os demais índices de *covenants* contratuais foram cumpridos pela Companhia.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Parcelamentos de tributos:				
Parcelamento de ICMS MG	6.816	1.724	6.816	1.724
Parcelamento federal	14.675	18.991	14.675	18.991
	21.491	20.715	21.491	20.715
Tributos a recolher:				
IRRF a recolher	6.274	3.435	6.274	3.435
IOF a recolher	6.211	5.786	7.082	6.622
INSS a recolher	5.871	8.325	5.871	8.388
PIS/COFINS a recolher	217	951	515	1.054
ICMS a recolher	520	2.512	520	2.541
Outros impostos e contribuições	1.127	1.247	1.291	1.893
	20.220	22.256	21.553	23.933
Total tributos a recolher	41.711	42.971	43.044	44.648
Circulante	(32.587)	(32.830)	(33.920)	(33.932)
Não circulante	9.124	10.141	9.124	10.716

Os exigíveis a longo prazo classificados por ano de vencimento (parcelamentos fiscais), são como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	3.499	7.132	3.499	7.707
Safra 2027/2028	4.025	2.003	4.025	2.003
Safra 2028/2029	1.435	996	1.435	996
Safra 2029/2030	165	10		10
	9.124	10.141	9.124	10.716

19. Adiantamentos de clientes

A Companhia recebe adiantamentos de clientes, especialmente de *tradings* que comercializam o açúcar produzido pela Companhia. Esses adiantamentos são passivos de contratos com clientes. Sempre que o açúcar é entregue no armazém contratado pelas *tradings* para o embarque do produto para exportação, a Companhia recebe de 70% a 80% do valor do produto e o saldo remanescente é liquidado após a nomeação do navio ou decorrido um prazo conforme determinado em contrato.

No período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, o valor da receita de R\$ 441.343 refere-se a obrigações contratuais originadas no exercício anterior (Em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 486.294).

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
<i>Tradings</i> açúcar	1.081.473	1.106.315
Distribuidoras de etanol	44.511	63.041
Comércio de melação e açúcar cristal	4.741	6.310
Outros	481	420
	1.131.206	1.176.086
Circulante	(900.452)	(544.598)
Não circulante	230.754	631.488

Os adiantamentos classificados no passivo não circulante são referentes a contratos de fornecimento de açúcar em reais e em dólar, com taxa de anual média entre 13,43% e 18,50%, cuja liquidação dos juros é realizada de forma financeira.

Os referidos contratos classificados no passivo não circulante têm cronograma de entregas de mercadoria como segue:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	9.363	325.575
Safra 2027/2028 em diante	221.391	305.913
	230.754	631.488

20. Compromissos com contratos de energia

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Energia elétrica	536.025	92.732
	536.025	92.732
Circulante	(95.301)	(87.622)
Não circulante	440.724	5.110

A Companhia mantém contratos de fornecimento de energia elétrica com recebimento antecipado e firmado com a mesma contraparte para o qual mantém contratos de compra de energia com os mesmos volumes e datas de fornecimento. Na avaliação da diretoria esses contratos possuem componentes significativos de financiamentos, com juros que devem ser apropriados ao longo do período de fornecimento. Em 31 de dezembro de 2025, as taxas médias de juros efetivos desses contratos são entre 18,55% a.a. e 22,55% a.a. (Em 31 de março de 2025 13,80% a.a. e 20,08% a.a.).

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os compromissos de energia classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
Safra 2026/2027	33.797	5.110
Safra 2027/2028	160.359	
Safra 2028/2029	141.056	
Safra 2029/2030	105.512	
	<u>440.724</u>	<u>5.110</u>

As movimentações dos compromissos de energia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de abril	92.732	165.121
Captações	525.085	75.001
Juros incorridos	34.222	15.119
Pagamento de principal	(98.269)	(107.122)
Pagamento de juros	(17.745)	(39.885)
Em 31 de dezembro	<u>536.025</u>	<u>108.234</u>

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia, ou o Grupo, tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis.

Perdas prováveis

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
Trabalhistas	5.446	3.458
Cíveis	314	200
Tributárias	5.676	5.676
	<u>11.436</u>	<u>9.334</u>

A movimentação das provisões para contingências está assim representada:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2024	2.988	4.381	1.303	8.672
Constituições			4.373	4.373
Reversões	(198)	(2.681)		(2.879)
Em 31 de dezembro de 2024	2.790	1.700	5.676	10.166
Em 31 de março de 2025	3.458	200	5.676	9.334
Constituições	1.988	114		2.102
Em 31 de dezembro de 2025	5.446	314	5.676	11.436

Tributárias: refere-se a uma ação em que se exige COFINS referente às competências de 07/1997 a 12/1997.

Cível: refere-se a provisão para honorário de êxito de ações que foram questionadas pela Companhia.

Trabalhistas: substancialmente representadas por reclamações de horas extras e indenização por trabalhos realizados no intervalo entre turnos.

Passivos contingentes

As posições das demandas judiciais que, na opinião dos consultores jurídicos do Grupo, tem a probabilidade de perda menor que provável e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia e do Grupo, não foram objeto de provisão contábil. Esses passivos contingentes são representados por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, avaliados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Contingências trabalhistas	1.933	3.300
Contingências cíveis	72.049	119.543
Contingências tributárias	495.079	432.071
	569.061	554.914

A seguir estão os principais processos que são classificados como passivos contingentes:

Tributárias

PIS e COFINS sobre créditos indenizatórios de IAA

Conforme descrito na Nota 9, no período encerrado em 30 de junho de 2024, a Companhia avaliou o impacto de determinados eventos ocorridos recentemente na determinação da probabilidade de haver uma saída de recursos da Companhia para o recolhimento do PIS e COFINS sobre o montante dos créditos indenizatórios de IAA (Nota 9) e concluiu que ela não é mais provável. Consequentemente, a provisão constituída anteriormente foi baixada para o resultado do exercício em atendimento às práticas contábeis aplicáveis (Nota 18).

De acordo com o entendimento da diretoria, suportada pela avaliação de assessores jurídicos independentes, a indenização relacionada aos créditos do IAA deve ser tratada como recomposição

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do patrimônio da Companhia e não como receitas e, dessa forma, não constituindo base para a tributação pelo PIS e pela COFINS.

Importante destacar que essa avaliação também contemplou o tema do Recurso Repetitivo nº. 1.237, que trata da possibilidade de tributação de receitas similares e pode influenciar a interpretação sobre o entendimento tributário existente no caso de mudança futura na interpretação existente, ou novos posicionamentos do STJ. De qualquer forma, a diretoria manterá o monitoramento do referido tema para a avaliação da existência de alterações que possam indicar um risco de desembolso maior que possível para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, esse passivo contingente é estimado em R\$ 209.054 (R\$ 170.232 em 31 de março de 2025).

Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – AD REM

Conforme descrito na Nota 27 (a), no exercício encerrado em 31 de março de 2025, a Usina Coruripe reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS com o ICMS na base de cálculo pós-evento do regime especial do “Ad Rem”. O reconhecimento do crédito tributário pela diretoria da Companhia foi respaldado pela avaliação de seus assessores jurídicos, que concluíram não ser provável uma saída de recursos da Companhia para liquidar obrigações relacionadas a este tema. Com base neste contexto, a diretoria da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, permanecerá monitorando para avaliação de qualquer mudança futura nas interpretações existentes, que possam indicar algum risco de desembolso maior que possível para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo contingente é estimado em R\$ 40.199 (31 de março de 2025 – R\$ 36.134).

Processo 10410.720364/2017-98

Multa transitória (item 10 do artigo 89 da Lei 8.212/91) por ter compensado INSS a pagar por créditos de PIS e COFINS entre o período de 2014 e 2016, no valor aproximado em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 178.212 (31 de março de 2025 - R\$ 160.554). Em março de 2017, o valor principal compensado pela Companhia objeto da glosa pelo fisco foi incluído no Programa de Anistia e Refinanciamento Fiscal (TRP).

Sobre o valor principal compensado o fisco aplicou multa excepcional de 150% sobre o débito, alegando má-fé da Companhia na compensação acima. O processo encontra-se em julgamento no Conselho Superior de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Receita Federal em desempate. A Companhia entrou com uma petição em primeira instância. A diretoria e o consultor jurídico da Companhia acreditam que é improvável que resulte em qualquer perda material.

Em 18 de junho de 2020, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento ao recurso da Companhia para cancelar a multa única. Em 26 de junho de 2020, a Companhia foi intimada do inteiro teor do acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 dando provimento ao recurso de apelação interposto pela empresa para declarar a nulidade integral do lançamento fiscal.

Em 29 de setembro de 2021, foi disponibilizado o acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 negando provimento aos embargos declaratórios interpostos pela Fazenda Nacional, confirmando a declaração de nulidade integral da autuação fiscal. Em 26 de outubro de 2021, a Fazenda Nacional interpôs novos declaratórios já contrarrazoados.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia continua no aguardo do trânsito em julgado do acórdão exarado pelo TRF5 na ação anulatória. O processo encontra-se garantido por apólice de seguro.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 dezembro de 2025 é de R\$ 2.917.567, dividido em 1.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes à Coruripe Holding S.A. Conforme o artigo 9º do Estatuto Social, o aumento ou redução do capital social da Companhia são de competência da Assembleia Geral dos Acionistas.

Em Assembleia Geral realizada em 15 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$ 867.567 para R\$ 2.917.567, representando um aumento no montante de R\$ 2.050.000, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

O referido aumento de capital foi efetuado mediante a capitalização de parcela do saldo de reservas de lucros, no valor de R\$ 2.050.000, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2025, preservando-se a proporção da participação de cada acionista no capital social da Companhia.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2025, as ações em tesouraria representam R\$ 1.215, divididas em 4,16 ações pertencentes à Coruripe Holding S.A. e estão à disposição dos acionistas. As ações são decorrentes de arredondamento do percentual das ações nominativas a cada um dos acionistas e foram colocadas em tesouraria a disposição da assembleia para futura atribuição aos acionistas do Grupo.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído

Conforme divulgado na Nota 13, corresponde a mais valia de custo atribuído de Edificações e dependências e Máquinas e equipamentos. Os valores, que estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Valor justo de *hedge accounting*

Refere-se aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. Os valores acumulados são revertidos do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos e embarques das operações correspondentes, conforme demonstrado na Nota 30 (e).

Os ganhos e perdas acumulados nessa conta são registrados líquido dos efeitos tributários correspondentes.

d) Reserva de lucros

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia reteve o lucro realizado no patrimônio líquido ao limite do capital social com base no Art. 199 da Lei 6.404/1976, que determina que saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não pode ultrapassar o capital social. Parte substancial do lucro retido está sendo destinado aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva aperfeiçoamento dos processos e amortização dos passivos com instituições financeiras, fundos e investimentos, CRAs e investidores em geral. Os excessos de lucros estão disponíveis para deliberação da acionista.

Lucros a deliberar

Os lucros acumulados após a constituição das reservas legal e de incentivos fiscais, e dos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a reserva de lucros a deliberar para destinação da Assembleia Geral.

Em 29 de julho de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, a acionista deliberou sobre o resultado de R\$ 520.208 do exercício findo em 31 de março de 2025, aprovando:

- (i) R\$ 25.651 destinados à reserva legal;
- (ii) R\$ 17.699 como dividendos propostos, já distribuídos via adiantamento no período;
- (iii) R\$ 476.858 mantidos em reservas de lucros a deliberar.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, nos termos da legislação societária vigente.

No período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou antecipação de dividendos no montante de R\$ 8.506, pagos à sua Controladora. Tais valores estão apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) como redutor da rubrica “Lucros a deliberar” e serão objeto de deliberação na Assembleia Geral que apreciará a destinação do resultado do exercício a encerrar-se em 31 de março de 2026.

Adicionalmente, com a entrada em vigor da Lei nº 15.270/2025 (PL1087/25) que passa a tributar os dividendos pagos a acionistas pessoas físicas em 10% a partir de 01 de janeiro de 2026. A lei faculta a distribuição sem tributação da reserva de lucros já constituídos até 31 de dezembro de 2025, até o final de dezembro de 2028, desde que devidamente deliberados em assembleia. Diante da nova lei, a diretoria propôs, e a Assembleia Geral aprovou a distribuição de dividendos adicionais do estoque de reserva de lucros no valor de R\$ 50.000, os quais, até a data destas demonstrações contábeis, não foram pagos, permanecendo registrados no passivo circulante e não circulante, na rubrica “Dividendos a pagar”, para desembolso futuro, conforme deliberação dos acionistas, sendo R\$ 13.000 classificados no curto prazo e R\$ 37.000 classificados no longo prazo para serem pagos nos anos de 2027 e 2028, de acordo com o cronograma de pagamento aprovado.

23. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções e descontos e, nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, após eliminação das vendas dentro do Grupo.

A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros resultarão da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e o Grupo comercializam açúcar, etanol, energia elétrica, melação, bagaço de cana-de-açúcar, vapor, Cbios, sanitizantes entre outros.

A receita com a comercialização da cogeração de energia é reconhecida com base na energia disponível na rede e nas tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou preço de mercado em vigor, conforme aplicável. O cálculo do volume de energia entregue ao comprador ocorre mensalmente. Os clientes ganham o controle da eletricidade a partir do momento em que a consomem.

A receita de vendas de açúcar, etanol e outros é reconhecida quando da: identificação dos contratos com clientes, identificação das obrigações de performance previstas nos contratos, determinação do preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas de produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência do controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido despachados para o local especificado; (ii) o risco de perda foi transferido para o cliente; (iii) o cliente aceitou os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação foram acordadas, ou a Companhia e o Grupo tem evidência objetiva de que todos os critérios de aceitação foram atendidos.

Reconhecimento da receita dos produtos vendidos pela Companhia e pelo Grupo e, conseqüentemente, as obrigações de performance são cumpridas em um momento específico, de acordo com o conceito previsto no CPC 47, que geralmente ocorre na entrega física e / ou no cliente aceitação. Nenhum elemento de financiamento é considerado presente nas vendas recebidas antecipadamente ou com prazo de crédito inferior a 30 dias, o que é consistente com a prática de mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas a valor presente. Como consequência, o Grupo não ajusta nenhum dos preços de transação pelo valor do dinheiro no tempo.

A Companhia e o Grupo possuem atualmente quatro unidades industriais credenciadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) no programa RenovaBio de geração de créditos de descarbonização Cbios. As quatro unidades industriais estão habilitadas a gerar em conjunto cerca de 500 mil Cbios por ano e estão devidamente cadastradas na plataforma do Serpro para gerar pré Cbios com a venda de etanol.

A comercialização de Cbios é feita através de leilão na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Usualmente, os compradores são as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovabio. A Companhia e o Grupo reconhecem a receita pela venda dos Cbios como receita operacional e os tributos incidentes sobre a venda na linha de dedução da receita bruta.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Açúcar VHP	754.588	2.019.449	817.141	1.974.879
Açúcar cristal	76.443	239.396	132.908	367.921
Etanol anidro combustível	167.721	412.507	142.903	414.944
Etanol hidratado combustível	164.338	381.577	243.685	467.938
Venda de energia – produção	6.963	23.140	2.220	22.335
Melaço	12.368	73.710	22.572	82.227
Receita de prestação de serviços	4.222	14.132	3.403	12.110
Receita de venda Cbios	894	3.021	4.295	9.317
Receita de incentivos fiscais (a)	21.880	58.786	40.715	83.462
Outras receitas de vendas	240	1.458	11.859	12.357
	1.209.657	3.227.176	1.421.701	3.447.490

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Açúcar VHP	754.588	2.019.449	817.141	1.974.879
Açúcar cristal	76.443	239.396	132.908	367.921
Etanol anidro combustível	167.721	412.507	142.903	414.944
Etanol hidratado combustível	164.338	381.577	243.685	467.938
Venda de energia – produção	19.602	73.247	15.778	69.194
Melaço	12.368	73.710	22.572	82.227
Receita de prestação de serviços	4.002	13.479	3.211	11.532
Receita de venda Cbios	894	3.021	4.295	9.317
Receita de incentivos fiscais (a)	21.880	58.786	40.715	83.462
Outras receitas de vendas	77	1.106	11.797	12.243
	1.221.913	3.276.278	1.435.005	3.493.657

(a) No período findo em 31 de dezembro de 2025, o valor de incentivo fiscal reconhecido na Demonstração do resultado do exercício foi de R\$ 58.786 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 83.462), não sendo reconhecido saldo na reserva de incentivo fiscal pela sua não exclusão da base de cálculo dos tributos sobre o lucro, conforme Lei 14.789/23.

(i) Créditos de impostos sobre as vendas

A Companhia e o Grupo possuem subvenções concedidas pelos Estados de Alagoas e Minas Gerais (Nota 2.6). Essas subvenções referem-se a créditos tributários sobre vendas de ICMS que são registrados como receita de vendas na demonstração do resultado e são calculados da seguinte forma:

- a. 2,5% sobre as vendas no Estado de Minas Gerais, inclusive exportação;
- b. 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
- c. 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
- d. 6% sobre as exportações de açúcar VHP no Estado de Alagoas; e
- e. 12% sobre as vendas de etanol hidratado dentro e fora do Estado de Alagoas.

(ii) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programa Integração Social (PIS)

Nas vendas de álcool - pauta de R\$ 23,38 por m³.

Nas vendas de açúcar - alíquota zero - e nas demais receitas 1,65% sobre o faturamento.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Nas vendas de álcool - pauta de R\$ 107,52 por m³.

Nas vendas de açúcar - alíquota zero - e nas demais receitas 7,60% sobre o faturamento.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

- a) Nas vendas de açúcar - alíquota zero;
- b) Nas vendas de álcool - não há tributação; e
- c) Nas vendas de melaço - alíquota de 5%.

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

- (i) Energia elétrica: 12% a 18% para as operações internas no estado de Minas Gerais. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida;
- (ii) Energia elétrica: 17% a 25% para as operações internas no estado de Alagoas. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida: Todos os contratos de venda de energia da Companhia no estado de Alagoas, são interestaduais.
- (iii) Etanol anidro: tributação é diferida nas operações internas e interestaduais nos estados de Minas Gerais e Alagoas.
- (iv) Etanol hidratado: 12% na operação interestadual e de 9% nas operações internas no estado de Alagoas. Para Minas Gerais alíquota de 7% ou 12% nas operações interestaduais; e de 9,29% nas operações internas; e
- (v) Açúcar: Para o estado de Alagoas: 7% a 18% nas operações internas e 12% nas operações interestaduais. Para o estado de Minas Gerais de 7% ou 12% nas operações internas e de 7% a 12% nas operações interestaduais.

Tributação exclusiva

Tributação de 15% de Imposto de Renda sobre Cbios conforme Lei do Agro 13.986/2020 artigo 60. Adicionalmente, a Companhia provisiona 9,25% de PIS e COFINS em decorrência de embates jurídicos.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado interno, à alíquota de 2,85%.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas por natureza

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Custo dos produtos vendidos				
Pessoal	(91.996)	(232.468)	(85.119)	(239.153)
Matéria-prima	(425.618)	(1.086.042)	(462.536)	(1.132.006)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(22.026)	(20.847)	(487)	850
Mão de obra de terceiros e fretes	(11.662)	(47.103)	(28.333)	(70.254)
Combustíveis e lubrificantes	(8.182)	(26.480)	(26.550)	(61.798)
Insumos	(18.711)	(63.864)	(53.184)	(110.064)
Materiais de manutenção	(11.008)	(44.635)	(23.615)	(67.637)
Depreciação do direito de uso	(57.067)	(130.440)	(54.998)	(123.615)
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	(169.895)	(334.822)	(175.276)	(295.956)
Depreciação de lavouras de cana	(50.122)	(146.807)	(67.143)	(138.880)
Realização da mais valia do ativo biológico de períodos anteriores	(11.442)	(25.950)	(16.793)	(27.756)
Custos de tratamentos culturais da cana colhida	(92.020)	(242.406)	(67.259)	(179.140)
Energia elétrica - consumo	(1.390)	(2.549)	(1.460)	(3.633)
Outros	(603)	(2.920)	(9.242)	(22.104)
	(971.742)	(2.407.333)	(1.071.995)	(2.471.146)

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas com vendas				
Pessoal	(5.788)	(18.850)	(5.335)	(18.254)
Mão de obra de terceiros	(728)	(1.733)	(1.171)	(3.568)
Fretes sobre vendas	(44.963)	(152.146)	(54.277)	(169.359)
Combustíveis e lubrificantes	(707)	(2.412)	(732)	(2.251)
Materiais de manutenção	(653)	(2.041)	(690)	(1.876)
Depreciação e amortização	(1.906)	(5.385)	(1.516)	(4.821)
Depreciação direito de uso	(1.337)	(4.012)	(917)	(2.763)
Outros	(1.709)	(4.930)	(2.486)	(6.596)
	(57.791)	(191.509)	(67.124)	(209.488)

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(24.031)	(84.597)	(25.130)	(91.319)
Mão de obra de terceiros	(16.636)	(50.418)	(16.277)	(49.224)
Locações de veículos e equipamentos administrativos	(3.088)	(9.081)	(2.042)	(4.855)
Combustíveis e lubrificantes	(77)	(539)	(189)	(736)
Materiais de manutenção	(1.064)	(3.432)	(1.203)	(3.666)
Depreciação e amortização	(1.552)	(4.624)	(1.581)	(4.575)
Depreciação direito de uso	(1.192)	(3.447)	(1.895)	(1.895)
Taxas e licenciamentos	(2.440)	(12.416)	(2.811)	(5.640)
Energia elétrica	(53)	(138)	(49)	(128)
Outros	(2.314)	(5.930)	(4.852)	(18.274)
	(52.447)	(174.622)	(56.029)	(180.312)

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Custo dos produtos vendidos				
Pessoal	(92.002)	(233.041)	(85.255)	(239.815)
Matéria-prima	(424.607)	(1.081.236)	(459.275)	(1.123.912)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(22.026)	(20.847)	(487)	850
Mão de obra de terceiros e fretes	(11.276)	(50.579)	(28.513)	(72.391)
Combustíveis e lubrificantes	(8.182)	(26.480)	(26.550)	(61.798)
Insumos	(18.711)	(63.864)	(63.184)	(110.064)
Materiais de manutenção	(11.008)	(44.635)	(23.615)	(67.637)
Depreciação do direito de uso	(57.067)	(130.440)	(54.998)	(123.615)
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	(172.687)	(345.099)	(176.906)	(300.778)
Depreciação de lavouras de cana	(50.122)	(146.807)	(67.143)	(138.880)
Realização da mais valia do ativo biológico de períodos anteriores	(11.442)	(25.950)	(16.793)	(27.756)
Custos de tratos culturais da cana colhida	(92.020)	(242.406)	(67.259)	(179.140)
Energia elétrica - consumo	(1.390)	(2.549)	(1.460)	(3.633)
Outros	(840)	(5.821)	(9.657)	(24.712)
	(973.380)	(2.419.754)	(1.071.095)	(2.473.281)

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas com vendas				
Pessoal	(5.788)	(18.850)	(5.335)	(18.254)
Mão de obra de terceiros	(728)	(1.733)	(1.171)	(3.568)
Fretes sobre vendas	(44.963)	(152.146)	(54.277)	(169.359)
Combustíveis e lubrificantes	(707)	(2.412)	(732)	(2.251)
Materiais de manutenção	(653)	(2.041)	(690)	(1.876)
Depreciação e amortização	(1.906)	(5.385)	(1.516)	(4.821)
Depreciação direito de uso	(1.337)	(4.012)	(917)	(2.763)
Outros	(1.709)	(4.930)	(2.481)	(6.591)
	(57.791)	(191.509)	(67.124)	(209.488)

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(24.031)	(84.597)	(25.130)	(91.319)
Mão de obra de terceiros	(16.766)	(50.954)	(16.641)	(49.790)
Locações de veículos e equipamentos administrativos	(3.088)	(9.081)	(2.042)	(4.855)
Combustíveis e lubrificantes	(77)	(539)	(189)	(736)
Materiais de manutenção	(1.064)	(3.432)	(1.203)	(3.666)
Depreciação e amortização	(1.552)	(4.624)	(1.581)	(4.575)
Depreciação direito de uso	(1.192)	(3.447)	(1.895)	(1.895)
Taxas e licenciamentos	(2.440)	(12.416)	(2.811)	(5.640)
Energia elétrica	(53)	(138)	(49)	(128)
Outros	(2.327)	(6.046)	(4.866)	(18.316)
	(52.590)	(175.274)	(56.407)	(180.920)

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Informação por segmento (Consolidado)

A diretoria definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo principal tomador de decisão que é o Conselho de Administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar
- (ii) Etanol
- (iii) Energia
- (iv) Melaço
- (v) Outros produtos

O segmento de outros produtos está relacionado principalmente à comercialização de cana-de-açúcar, soqueiras e leveduras para outras indústrias e agricultores no curso normal dos negócios do Grupo.

Os resultados financeiros não são imputados aos segmentos, uma vez que este tipo de atividade é gerido de forma consolidada pela tesouraria central do Grupo.

O resultado de equivalência patrimonial das investidas é resultado não segmentado.

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos não são alocados aos segmentos, pois esse cálculo é administrado em uma base consolidada e sua alocação por segmento não é relevante para o principal tomador de decisão.

Não há vendas entre os segmentos do Grupo e a receita é reportada para o principal tomador de decisão de forma consistente com a demonstração do resultado. As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base no resultado operacional por produto, como segue:

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2025						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	2.258.845	794.084	73.249	73.710	76.390		3.276.278
Custos dos produtos vendidos	(1.600.153)	(702.002)	(57.091)	(44.012)	(16.496)		(2.419.754)
Lucro bruto	658.692	92.082	16.158	29.698	59.894		856.524
Despesas com vendas	(132.037)	(46.417)	(4.282)	(4.309)	(4.465)		(191.509)
Despesas gerais e administrativas	(120.843)	(42.482)	(3.919)	(3.943)	(4.087)		(175.274)
Resultado da equivalência patrimonial						4.919	4.919
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas					21.088	(134.120)	(113.032)
Lucro (prejuízo) operacional	405.812	3.183	7.958	21.446	72.430	(129.201)	381.628
Outras despesas não segmentadas						(152.133)	(152.133)
Imposto de renda e contribuição social não segmentados						15.459	15.459
Lucro (prejuízo) líquido do período	405.812	3.183	7.958	21.446	72.430	(265.875)	244.954

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2024						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	2.342.801	882.881	69.194	82.227	116.554		3.493.657
Custos dos produtos vendidos	(1.656.908)	(721.848)	(33.206)	(40.983)	(11.373)	(8.963)	(2.473.281)
Lucro bruto	685.893	161.033	35.988	41.244	105.181		1.020.376
Despesas com vendas	(140.480)	(52.940)	(4.149)	(4.931)	(6.988)		(209.488)
Despesas gerais e administrativas	(121.323)	(45.720)	(3.583)	(4.258)	(6.036)		(180.920)
Resultado da equivalência patrimonial						4.360	4.360
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas					58.457	96.214	154.671
Lucro operacional	424.090	62.373	28.256	32.055	150.614	91.611	788.999
Outras despesas não segmentadas						(599.822)	(599.822)
Imposto de renda e contribuição social não segmentados						460.966	460.966
Resultado do período	424.090	62.373	28.256	32.055	150.614	(47.245)	650.143

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Outras despesas operacionais, líquidas classificadas como não segmentadas, referem-se principalmente ao estorno de PIS e COFINS e à provisão para honorários advocatícios calculados sobre o pedido de indenização IAA 4870 (Nota 9 (a)).

O resultado financeiro e os tributos sobre o lucro são apresentados como resultados não segmentados.

No período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía dois clientes que representavam 27,0% ou mais das receitas consolidadas (31 de dezembro de 2024 – dois clientes representavam 24,0% ou mais das receitas consolidadas). Essas receitas totalizam, aproximadamente R\$ 881.207 e são atribuíveis ao segmento de açúcar (Em 31 de dezembro de 2024 - receitas de R\$ 820.789 e são atribuíveis ao segmento de açúcar). Não há clientes em outros segmentos que representem 5% ou mais da receita das vendas totais.

O Grupo tem sede no Brasil, sua receita com clientes no Brasil é de R\$ 1.503.333 (2024 - R\$ 1.500.792), e o total da receita com clientes no exterior, com base no destino das vendas, é de R\$ 1.772.945 (2024 - R\$ 1.992.865) representado pelas vendas de açúcar e etanol, conforme mostrado abaixo:

Consolidado						
31 de dezembro de 2025						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Total
Brasil	485.900	794.084	73.249	73.710	76.390	1.503.333
França	441.808					441.808
Inglaterra	383.795					383.795
Suíça	570.499					570.499
Estados Unidos da América	266.972					266.972
Uruguai	109.871					109.871
Total	2.258.845	794.084	73.249	73.710	76.390	3.276.278

Consolidado						
31 de dezembro de 2024						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Total
Brasil	446.145	786.672	69.194	82.227	116.554	1.500.792
França	526.495					526.495
Inglaterra	198.197	48.941				247.138
Suíça	735.068	47.268				782.336
Estados Unidos da América	309.535					309.535
Uruguai	127.361					127.361
Total	2.342.801	882.881	69.194	82.227	116.554	3.493.657

As despesas e receitas não caixa que impactam o lucro operacional dos segmentos de negócios são, substancialmente, representadas pela depreciação / amortização e o valor justo dos ativos biológicos representados pelos seguintes valores:

Consolidado						
31 de dezembro de 2025						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Total
Depreciação e amortizações	(413.290)	(194.038)	(5.369)	(18.870)	(8.247)	(639.814)
Valor justo dos ativos biológicos	(13.759)	(6.460)		(628)		(20.847)
Total	(427.049)	(200.498)	(5.369)	(19.498)	(8.247)	(660.661)

Consolidado						
31 de dezembro de 2024						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	Total
Depreciação e amortizações	(336.767)	(208.834)	(5.291)	(16.090)	(5.687)	(572.669)
Valor justo dos ativos biológicos	(16.641)	(10.320)		(795)		(27.756)
Total	(353.408)	(219.154)	(5.291)	(16.885)	(5.687)	(600.425)

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento com base nos centros de custo aos quais estão alocados e/ou no critério de rateio que leva em consideração a participação de cada produto em relação à produção total, conforme determinado pelos principais tomadores de decisão do Grupo. Sua apresentação é como segue:

Consolidado							
31 de dezembro de 2025							
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros Produtos	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	88.658	21.916	2.895	4.015			118.373
Estoques	419.504	121.728		2.304	124.057		667.593
Adiantamentos a fornecedores	327.107	153.575		14.935			495.617
Ativos biológicos	381.501	179.113		17.419			578.033
Imobilizado	1.568.900	641.568	214.745	53.209	76.652		2.555.074
Intangível	4.278	2.009	352	196	211		7.046
Direito de uso	1.005.637	472.142		45.915			1.523.694
Total de ativos segmentados	3.795.585	1.592.051	217.992	137.993	201.809		5.945.430
Não alocados:							
Caixa e equivalentes de caixa						582.763	582.763
Aplicações financeiras						241.525	241.525
Partes relacionadas						29.136	29.136
Tributos a recuperar						217.540	217.540
Imposto de renda e contribuição social pagos						18.657	18.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos						462.181	462.181
Instrumentos financeiros derivativos						6.356	6.356
Outros direitos						5.436.612	5.436.612
Depósitos judiciais						7.184	7.184
Investimentos						41.945	41.945
Total dos ativos não alocados						7.043.899	7.043.899
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	3.795.585	1.592.051	217.992	137.993	201.809	7.043.899	12.989.329

Consolidado							
31 de março de 2025							
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros Produtos	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	90.705	28.577	14.537	7.925		1.091	142.835
Estoques	37.321	24.143		1.590	138.825		201.879
Adiantamentos a fornecedores	285.332	173.113		13.357			471.802
Ativos biológicos	380.851	231.384		17.853			630.088
Imobilizado	1.485.348	715.628	234.418	47.308	76.785		2.559.487
Intangível	4.468	2.716	364	209			7.757
Direito de uso	918.259	558.207		43.842			1.520.308
Total de ativos segmentados	3.202.284	1.733.768	249.319	132.084	215.610		5.534.156
Não alocados:							
Caixa e equivalentes de caixa						1.109.454	1.109.454
Aplicações financeiras						183.234	183.234
Partes relacionadas						27.415	27.415
Tributos a recuperar						248.562	248.562
Imposto de renda e contribuição social pagos						18.572	18.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos						446.896	446.896
Outros direitos						4.606.286	4.606.286
Depósitos judiciais						7.604	7.604
Investimentos						37.025	37.025
Total dos ativos não alocados						6.685.048	6.685.048
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	3.202.284	1.733.768	249.319	132.084	215.610	6.686.139	12.219.204

O total dos ativos não circulantes está localizado no Brasil, país de domicílio do Grupo. Os valores das adições aos ativos não circulantes, exceto ativos financeiros e impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são apropriados aos seguintes segmentos:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Açúcar	415.731	473.782
Etanol	43.937	114.247
Energia	2.100	2.939
Melaço	9.207	11.732
Outros produtos	7.863	4.198
	478.838	606.900

Os principais tomadores de decisões do Grupo analisam os passivos de forma consolidada, portanto, a informação por segmento relativa aos passivos é analisada pelos tomadores de decisão e não está sendo divulgada.

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita pela venda de sucatas	9.684	21.088	8.175	23.406
Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins			7.303	36.437
Receita de créditos PIS e COFINS sobre imobilizado	2.848	13.532	3.917	12.858
Receita na venda de ativo imobilizado	706	2.965	288	2.348
Baixa do valor residual na venda de ativo imobilizado	(1.576)	(1.939)	(890)	(2.408)
Receita pela venda de soqueiras	2.497	12.722	3.407	6.984
Baixa do valor residual na venda de soqueiras	(4.500)	(11.165)	(2.518)	(8.594)
Outros impostos e parcelamentos de tributos	(7.331)	(10.174)	(1.747)	(15.544)
Provisões com perdas estimadas	(4.612)	(11.244)	(7.802)	(11.953)
PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870 (Nota 9)				158.280
Provisão sobre honorários advocatícios – IAA 4870	(9.781)	(107.319)	(8.503)	(47.572)
Estorno líquido da provisão com indenização securitária		(16.316)		
Outras receitas (despesas)	(366)	4.815	3.280	10.550
	(12.431)	(103.035)	4.910	164.792

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita pela venda de sucatas	9.684	21.088	8.175	23.406
Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins			7.303	36.437
Receita de créditos PIS e COFINS sobre imobilizado	2.848	13.532	3.917	12.858
Receita na venda de ativo imobilizado	706	2.965	288	2.348
Baixa do valor residual na venda de ativo imobilizado	(1.576)	(1.939)	(890)	(2.408)
Receita pela venda de soqueiras	2.497	12.722	3.407	6.984
Baixa do valor residual na venda de soqueiras	(4.500)	(11.165)	(2.518)	(8.594)
Outros impostos e parcelamentos de tributos	(7.331)	(10.174)	(1.747)	(15.544)
Provisões com perdas estimadas	(4.612)	(11.244)	(7.802)	(11.953)
PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870 (Nota 9)				158.280
Provisão sobre honorários advocatícios – IAA 4870	(9.781)	(107.319)	(8.503)	(47.572)
Estorno líquido da provisão com indenização securitária		(16.316)		
Outras receitas (despesas)	(5.256)	(5.182)	(168)	429
	(17.321)	(113.032)	1.462	154.671

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos no balanço patrimonial é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de março de 2025</u>
Ativo circulante:				
Antecipações de IRPJ	10.995	10.995	10.995	10.995
Antecipações de CSLL	7.662	7.577	7.662	7.577
	<u>18.657</u>	<u>18.572</u>	<u>18.657</u>	<u>18.572</u>
Passivo circulante:				
IRPJ a pagar			(435)	(127)
CSLL a pagar			(256)	(75)
			<u>(691)</u>	<u>(202)</u>

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos ao resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	<u>Controladora</u>			
	<u>31 de dezembro de 2025</u>		<u>31 de dezembro de 2024</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>
Diferidos:				
Imposto de renda	(11.872)	7.859	(16.732)	134.418
Contribuição social	1.832	10.074	(5.449)	328.524
	<u>(10.040)</u>	<u>17.933</u>	<u>(22.181)</u>	<u>462.942</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>31 de dezembro de 2025</u>		<u>31 de dezembro de 2024</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>
Correntes:				
Imposto de renda	(523)	(1.703)	(445)	(1.278)
Contribuição social	(256)	(771)	(242)	(697)
	<u>(779)</u>	<u>(2.474)</u>	<u>(687)</u>	<u>(1.975)</u>
Diferidos:				
Imposto de renda	(11.872)	7.859	(16.732)	134.418
Contribuição social	1.832	10.074	(5.450)	328.523
	<u>(10.040)</u>	<u>17.933</u>	<u>(22.182)</u>	<u>462.941</u>
	<u>(10.819)</u>	<u>15.459</u>	<u>(22.869)</u>	<u>460.966</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2025	Reconhecido no resultado do período	Reconhecido em outros resultados abrangentes	31 de março de 2025
Ativo:				
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	607	(75)		682
Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	24.921	1.718		23.203
Provisão para perdas de estoques	2.763	570		2.193
Provisão para distribuição de resultado para funcionários e outros	15.855	7.762		8.093
Provisão para contingências	3.888	714		3.174
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	221.178	(27.281)		248.459
Instrumentos financeiros derivativos	70.407	13.275	(29.929)	87.061
Provisão para honorários advocatícios – IAA 4870	102.853	16.366		86.487
Arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	54.500	3.895		50.605
Variação cambial	77.789	(20.784)		98.573
	574.761	(3.840)	(29.929)	608.530
Passivo:				
Provisão para recebimento indenizatório securitário		8.500		(8.500)
Mais valia do ativo imobilizado (deemed cost)	(16.805)	2.619		(19.424)
Depreciação acelerada incentivada	(25.435)	2.830		(28.265)
Vida útil do imobilizado	(96.892)	(9.778)		(87.114)
Valor justo dos ativos biológicos	(729)	17.602		(18.331)
	(139.861)	21.773		(161.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	434.900	17.933	(29.929)	446.896

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027		27.281
Safra 2027/2028		39.401
Safra 2028/2029	46.093	46.093
Safra 2029/2030 em diante	528.668	495.755
	574.761	608.530

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram (depreciação acelerada e custo atribuído). A realização deste passivo é estimada à razão média de 9% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos.

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(142.809)	227.021	(7.518)	187.201
Alíquota máxima	34%	34%	34%	34%
	48.555	(77.187)	2.556	(63.648)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	2.620	10.162	4.609	13.182
Adições e exclusões permanentes, líquidas	(583)	(3.138)	(1.890)	(1.951)
Exclusão das receitas financeiras permanentes - IAA	36.913	263.775	13.076	56.115
Revisão da estimativa de tributação do IAA (i)				625.640
Reversão do PIS e COFINS sobre os créditos do IAA (Nota 21)				53.815
Prejuízos fiscais desreconhecidos (i)				(187.692)
Prejuízos fiscais do período, não reconhecidos (ii)	(97.483)	(175.727)	(30.578)	(28.643)
Outros	(62)	48	(9.954)	(3.876)
Tributos no resultado	(10.040)	17.933	(22.181)	462.942

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(142.030)	229.495	(6.830)	189.177
Alíquota máxima	34%	34%	34%	34%
	48.290	(78.028)	2.322	(64.320)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Adições e exclusões permanentes, líquidas	(583)	(3.138)	(1.890)	(1.951)
Exclusão das receitas financeiras permanentes - IAA	36.913	263.775	13.076	56.115
Revisão da estimativa de tributação do IAA (i)				625.640
Reversão do PIS e COFINS sobre os créditos do IAA (Nota 21)				53.815
Prejuízos fiscais desreconhecidos (i)				(187.692)
Prejuízos fiscais do período, não reconhecidos (ii)	(97.483)	(175.727)	(30.578)	(28.643)
Outros	(62)	48	(9.954)	(3.876)
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	2.106	8.529	4.155	11.878
Tributos no resultado	(10.819)	15.459	(22.869)	460.966

- (i) No primeiro semestre da safra 2024/2025, a Companhia e o Grupo baixou tributos diferidos ativos de imposto de renda e de contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 187.692, os quais foram anteriormente constituídos para serem utilizados, nos limites permitidos pela legislação aplicável, quando da eventual tributação dos créditos indenizatórios de IAA, considerando o entendimento atualizado de não tributação das indenizações por danos emergentes.
- (ii) Adicionalmente, a Companhia não reconheceu os tributos diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, devido ao fato que a diretoria apenas reconhece os tributos diferidos ativos à medida que há projeção de lucro tributável futuro devidamente aprovada pelo Conselho de Administração. O montante total da base de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal não reconhecido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.284.257 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 622.273).

Tributos diferidos sobre o IAA

Conforme descrito nas Nota 9 (a), em 30 de junho de 2024, a diretoria da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos, reverteu a provisão dos tributos diferidos de IRPJ e CSLL calculados sobre o valor contábil dos créditos a receber relacionados às ações ordinárias de indenização do IAA/4870, por entender que com base em análise de eventos ocorridos no início dessa safra, as chances de êxito da Companhia no caso de ser exigida pelo pagamento de IRPJ e CSLL sobre os referidos créditos passam a ser mais prováveis do que improváveis.

Os eventos acima mencionados reforçaram o entendimento já difundido pela diretoria da Companhia, que classifica a indenização do IAA/4870 como dano emergente, bem como confirmaram o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região ("TRF5"), que é o tribunal de jurisdição das

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações da Companhia, bem como do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") também sofre o referido tema, incluindo a não tributação das indenizações caracterizadas como dano emergente.

A classificação dessas indenizações como dano emergente sempre foi objeto de avaliação pela diretoria da Companhia, inclusive encontrando respaldo em jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que, de maneira semelhante às decisões envolvendo o IAA também já reconheceu que o dano emergente não é passível de tributação, bem como pela avaliação dos documentos relacionados às decisões favoráveis à Companhia, as quais apontam para o reconhecimento de indenização por danos diretos e afastam a natureza de lucros cessantes.

Nesse contexto, a baixa dos tributos diferidos passivos ocorrida no período foi no montante de R\$ 625.640, referente ao montante constituído em 31 de março de 2024, o qual havia sido calculado considerando uma redução de 75% na alíquota do imposto de renda que, juntamente com a contribuição social, resultava em uma alíquota conjunta de 15,25%.

A diretoria da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, continuará monitorando qualquer alteração relevante no cenário jurídico, e a consequente necessidade de reavaliação dos aspectos tributários relacionados à indenização do IAA.

29. Compromissos e obrigações

A Companhia e o Grupo estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir estão aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações contábeis intermediárias:

Vendas

A Companhia e o Grupo possuem compromissos futuros de venda de açúcar no mercado externo que serão produzidas e entregues nas próximas safras. Os preços de venda não foram totalmente pré-fixados, portanto a Companhia está sujeita às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e o Grupo possuem cobertura para o restante da safra 2025/2026 e safra 2026/2027 (preços pré-fixados) para USD 460.856 (31 de dezembro 2024: USD 531.276) referentes às vendas futuras. A diretoria avaliou esses compromissos e não identificou operações que se caracterizem como contratos onerosos para a Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

As quantidades a seguir estão apresentadas em toneladas (Controladora e Consolidado):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Quantidades acordadas no início do período	2.925.377	2.642.000
Quantidades contratadas durante o período	217.468	957.214
Quantidades canceladas durante o período		(29.990)
Quantidades embarcadas durante o período	(742.044)	(845.449)
Compromissos futuros - quantidades a embarcar	2.400.801	2.723.776
 <u>Vencimentos</u>		
Safra 2024/2025		274.776
Safra 2025/2026	321.801	1.227.000
Safra 2026/2027	1.175.000	787.000
Safra 2027/2028	904.000	435.000
	2.400.801	2.723.776

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita desses contratos com clientes será reconhecida no ato da entrega física e/ou aceitação do cliente, com base nos preços já fixados para a safra 2025/2026 e nos preços de mercado para as quantidades não fixadas, e para as safras seguintes com quantidades já comprometidas pela Companhia, a receita estimada é de R\$ 7.443.936. A expectativa da diretoria é que 13,4% dessas transações serão reconhecidas como receita durante esse exercício societário - safra 2025/2026, 48,9% em 2026/2027 e 37,7% até a safra 2027/2028.

Contrato de fornecimento de energia

A Companhia possuía contrato firmado com a Eletrobrás (atual ENBPar), no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), para fornecimento de energia elétrica gerada por sua Central Termelétrica de Biomassa, instalada no município de Coruripe (AL), pelo prazo de 20 anos e vigentes a partir de 2 de janeiro de 2006, cuja vigência encerrou em dezembro/25. Esse contrato está em processo de renovação por mais 20 anos.

Adicionalmente, possui ainda contratos para o fornecimento de energia elétrica das unidades localizadas em Minas Gerais, com os seguintes montantes em quantidade de MWh/ano e receita esperada:

Safra 2026/27 – 300.000 MWh com receita prevista de R\$ 61.954;
Safra 2027/28 – 300.005 MWh com receita prevista de R\$ 71.177;
Safra 2028/29 – 200.000 MWh com receita prevista de R\$ 48.400.

(i) EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. com fornecimento de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026, um segundo contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro e um terceiro contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de no valor residual global esperado de R\$ 67.699;

(ii) VITOL ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026, um segundo contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro e um terceiro contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de no valor residual global esperado de R\$ 34.260;

(iii) BTG ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de 2027, no valor global esperado de R\$ 18.544;

(iv) PACÍFICO ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026 e um segundo contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro no valor global esperado de R\$ 26.565;
e

(v) CZARNIKOW ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026 e um segundo contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro no valor global esperado de R\$ 34.463;

Com exceção dos contratos firmados com a Eletrobrás, os demais contratos podem ser performados tanto pelas unidades operacionais da Companhia quanto de sua controlada Coruripe Energética S.A.

Compras

A Companhia e o Grupo possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pela Companhia e o Grupo será determinado no final de cada safra de acordo com

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o valor das vendas efetuadas pela Companhia e pelo Grupo e, proporcionalmente, ao volume moído de cana-de-açúcar e ATR de cada compra.

Os compromissos de compra para a safra 2025/2026 e demais safras, em toneladas, são como segue:

<u>Safra</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Safra 2024/2025		1.400.000
Safra 2025/2026	2.177.981	9.522.745
Safra 2026/2027	8.711.922	9.522.745
Safra 2027/2028	8.711.922	9.522.745
Safra 2028/2029	8.711.922	9.522.745
Safra 2029/2030 em diante	43.559.610	38.090.980
	<u>71.873.357</u>	<u>77.581.960</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a capacidade normal de moagem de cana-de-açúcar para a safra, considerando todas as unidades da Companhia, é de 16.500 mil toneladas (informação não revisada).

Avais dados a fornecedores de cana-de-açúcar

A Companhia e o Grupo concedem avais em diversos financiamentos de seus fornecedores de cana-de-açúcar junto a instituições financeiras. O montante dos compromissos dessa natureza em 31 de dezembro de 2025 soma R\$ 92.422 (31 de março de 2025 - R\$ 134.803), sendo que todos os avais dados têm como contrapartida para a Companhia a emissão de Cédulas de Produto Rural (cana-de-açúcar) equivalente dos produtores, penhor da cana e, em alguns casos, a própria terra do fornecedor, que garante qualquer não cumprimento das obrigações dos produtores avalizados.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e o Grupo estão expostos a riscos de mercado, que incluem risco de taxa de câmbio, preço de *commodities* e volatilidade das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que a gestão de risco é essencial para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição com base nos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco com base nos limites de exposição cambial e ao preço de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) projetar fluxos de caixa futuros e estabelecer limites de aprovação para contratação de instrumentos financeiros para precificação de produtos e proteção contra variação cambial e volatilidade de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia, bem como para proteger passivos financeiros contra riscos de oscilação do preço do açúcar no mercado internacional e variação cambial. Não existem operações com instrumentos financeiros para fins especulativos.

Riscos de mercado

a) Risco cambial

A diretoria estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas no seu fluxo de caixa.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, *swaps* e NDFs. A política de gestão de risco financeiro da Companhia e do Grupo é a de proteger o maior volume

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações e dívidas no horizonte de até 24 meses ou em duas safras.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas informações financeiras atuais:

Nota	31 de dezembro de 2025		31 de março de 2025	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	278.358	50.591	250.431	43.615
Contas a receber de clientes	45.138	8.204	27.807	4.843
	<u>323.496</u>	<u>58.795</u>	<u>278.238</u>	<u>48.457</u>
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(1.902.519)	(345.781)	(2.077.273)	(361.774)
	<u>(1.902.519)</u>	<u>(345.781)</u>	<u>(2.077.273)</u>	<u>(361.774)</u>
Empréstimos e financiamentos - objeto de proteção de hedge	1.412.961	256.804	1.291.928	225.000
Exposição líquida (i)	<u>(166.062)</u>	<u>(30.182)</u>	<u>(507.108)</u>	<u>(88.317)</u>

(i) A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge*, uma vez que estes são protegidos com instrumentos financeiro derivativos.

Espera-se que a totalidade da exposição líquida de USD 30.182 seja coberta pelas receitas com exportações futuras (Nota 29).

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2025 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,5021 por US\$1,00 para os ativos e passivos (31 de março de 2025 - R\$ 5,7419 por US\$1,00), representando uma desvalorização do dólar de 4,18% em relação ao período anterior.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia e o Grupo estão expostos ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de dezembro de 2025, 1.045.870 toneladas de açúcar (31 de dezembro de 2024 – 1.081.383 toneladas de açúcar) estavam precificadas junto a parceiros comerciais com entrega prevista a partir de abril de 2026 com fixação em um preço médio de 19,36 ¢/lb (31 de dezembro de 2024 - 21,58 ¢/lb) (centavos de dólar norte-americano por libra peso) com prêmio de POL incluso.

Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve fixações de preços para as vendas de etanol.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e o Grupo seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos prioritariamente indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia e o Grupo adotam como prática proteger parcialmente as dívidas dessa natureza através de instrumentos financeiros derivativos.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São apresentadas informações qualitativas e quantitativas para instrumentos financeiros dentro e fora do balanço patrimonial.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

Sensibilidade da taxa de juros

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Taxa	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI / SELIC	15,00%	(504.499)	(630.624)	(756.749)	(378.374)	(252.250)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	5,23%	(8.393)	(10.492)	(12.590)	(6.295)	(4.197)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	14,90%	35.987	44.984	53.981	26.990	17.994
Resultado projetado			(476.905)	(596.131)	(715.358)	(357.679)	(238.453)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI e IPCA. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de *commodities*).

O cenário provável considera a posição de 31 de dezembro de 2025, os efeitos do estresse dos cenários em 25% e 50% são os seguintes:

Efeito de variações cambiais

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Câmbio	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos - sem designações de hedge	Alta do dólar	5.5021	(166.062)	(207.577)	(249.093)	(124.546)	(83.031)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do dólar	5.5021	278.358	347.948	417.537	208.769	139.179
Contas a receber de clientes	Baixa do dólar	5.5021	45.138	56.423	67.707	33.854	22.569
Resultado projetado			157.434	196.793	236.151	118.076	78.717

Sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável	Aumento		Redução		
			25%	50%	-25%	-50%	
Risco de preço:							
Contratos de futuros							
Compromissos de compra e venda (*)	Alta do preço do açúcar	3.600.154	4.500.193	5.400.231	2.700.116	1.800.077	
Risco de taxa de câmbio:							
Contratos de futuros							
Compromissos de compra e venda	Alta do dólar	(48.644)	(60.805)	(72.966)	(36.483)	(24.322)	
Resultado projetado		3.551.510	4.439.388	5.327.265	2.663.633	1.775.755	

(*) O quadro divulga o valor equivalente ao saldo a fixar de contratos existentes com base na bolsa de açúcar de NY e dólar em 31 de dezembro de 2025, com variações somente sobre o saldo contratado e não fixado.

e) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de abril de 2022, a Companhia optou pela aplicação da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros eleitos para designação como instrumentos de proteção são os (i) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira [dólar americano].

Para a utilização do *hedge accounting*, foram adotados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações cambiais sobre o valor das vendas futuras.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos *hedges* de câmbio os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco.

Nessas informações contábeis, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2025			
	Volume	Preço médio	Nocional R\$	Valor justo
No ativo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	55.000	5,7888	318.386	6.356
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				6.356
No passivo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de compra - não <i>hedge accounting</i>	53.772	6,2168	334.290	29.664
Contratos de swap				
<i>cross-currency swap</i>	66.667	USD + 0% x CDI - 4,60%	386.600	31.775
<i>cross-currency swap</i>	90.910	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	549.460	54.306
<i>cross-currency swap</i>	45.455	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	274.730	28.566
<i>cross-currency swap</i>	66.667	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	432.900	24.795
Contratos de swap				
<i>Interest rate swap</i>	76.402	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	5.651
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				174.757
No passivo não circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	47.500	6,2991	299.205	531
Contratos de swap				
<i>cross-currency swap</i>	66.667	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	789
<i>cross-currency swap</i>	90.910	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	18.178
<i>cross-currency swap</i>	45.455	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	10.741
<i>cross-currency swap</i>	66.667	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	372.450	20.752
Contratos de swap				
<i>Interest rate swap</i>	76.402	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	9.849
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				60.840
31 de março de 2025				
	Volume	Preço médio	Nocional R\$	Valor justo
No passivo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	282.100	5,7869	1.632.480	45.487
Compromisso de venda - não <i>hedge accounting</i>	15.434	5,3251	82.188	48.505
Compromisso de compra - não <i>hedge accounting</i>	165.311	5,9964	991.266	8.357
Contratos de swap				
<i>cross-currency swap</i>	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	33.350
<i>cross-currency swap</i>	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	56.019
<i>cross-currency swap</i>	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	29.422
<i>cross-currency swap</i>	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	432.900	27.901
<i>cross-currency swap - não hedge accounting</i>	30.000	USD 10,9% x CDI 5,0%	30.000	1.750
Contratos de swap				
<i>Interest rate swap</i>	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	3.533
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				254.324
No passivo não circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	40.000	6,3506	254.023	810
Contratos de swap				
<i>cross-currency swap</i>	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	(15.030)
<i>cross-currency swap</i>	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	(5.217)
<i>cross-currency swap</i>	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	61
<i>cross-currency swap</i>	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	372.450	31.880
Contratos de swap				
<i>Interest rate swap</i>	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	10.964
<i>Interest rate swap - não hedge accounting</i>	45.000	Pré 19,3% x CDI 4,95%	45.000	421
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				23.889

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das informações financeiras atuais, é como segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros - hedge accounting			
Contratos a termo de moeda (NDF)	6.356	(531)	5.825
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>		189.902	(95.950)
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>		14.497	(14.273)
		203.868	(104.398)
Tributos diferidos sobre os itens acima		(69.315)	35.495
		134.553	(68.904)

Com a adoção da política de *hedge accounting*, o efeito negativo de R\$ 104.398 que impactaria o resultado do período, permanece registrado no patrimônio líquido, garantindo a competência da relação objeto de *hedge* e o reconhecimento no resultado.

Estimativa de realização

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado					Total
	Safr 25/26	Safr 26/27	Safr 27/28	Safr 28/29	Safr 29/30 em diante	
Instrumentos financeiros						
Contratos a termo de moeda (NDF)	5.976	379	(530)			5.825
Contratos de swap	(42.012)	(127.090)	(25.281)	18.792	65.368	(110.223)
	(36.036)	(126.711)	(25.811)	18.792	65.368	(104.398)
Tributos diferidos sobre os itens acima	12.252	43.082	8.776	(6.389)	(22.225)	35.495
	(23.784)	(83.629)	(17.035)	12.403		(68.903)

Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e do Grupo é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como “*trading companies*”, grandes distribuidoras de combustíveis, distribuidoras de energia elétrica e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre os créditos concedidos. A diretoria considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela diretoria da Companhia e do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao provisionado. A Companhia e o Grupo operam com derivativo de mercadorias no mercado de balcão com contrapartes selecionadas e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como grau de investimento.

As operações de derivativos da Companhia e do Grupo em balcão não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é mitigado através da distribuição conservadora dos instrumentos utilizados, sempre lastreados pelo CDI (Notas 3 e 4). A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como grau de investimento pelas classificadoras internacionais de *rating*.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

O departamento financeiro realiza revisões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Na data de aprovação dessas demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia e o Grupo apresentaram capital circulante líquido negativo conforme nota 2.10 item (a). Situação prevista, no período, pelo curso natural de maturação da dívida de curto prazo, manutenção de alta das taxas de juros e retenção de estoque no início de safra que pressionaram o endividamento da Companhia e do Grupo, aumentando a necessidade de caixa da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Consolidado	
	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safra 28/29	Safra 29/30 em diante	Total	
31 de dezembro de 2025							
Fornecedores	500.500	4.537	4.537	4.537		514.111	
Empréstimos e financiamentos	354.111	2.348.568	1.016.776	720.470	968.314	5.408.239	
Compromissos com contratos de energia	37.674	108.704	182.744	164.269	135.892	629.283	
Instrumentos financeiros derivativos	36.036	126.711	25.811	(18.792)	(65.368)	104.398	
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	392.499	375.675	350.684	318.120	2.112.323	3.549.301	
	1.320.820	2.964.195	1.580.552	1.188.604	3.151.161	10.205.332	
31 de março de 2025							
Fornecedores	364.294	4.537	4.537	4.537		377.905	
Empréstimos e financiamentos	1.909.182	1.511.612	820.828	656.924	843.899	5.742.445	
Compromissos com contratos de energia	107.285	5.698	5.698			118.681	
Instrumentos financeiros derivativos	186.050	79.800	25.281	(18.792)	(79.914)	192.425	
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	406.648	385.722	365.871	336.228	2.269.207	3.163.676	
	2.971.843	1.987.369	1.222.215	978.897	3.033.192	10.193.516	

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno a acionista e garantias às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (incluindo saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraídos pelo montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira são assim demonstrados:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de março de 2025
Empréstimos e financiamentos	17	4.408.302	4.559.395
Arrendamento a pagar	15	637.239	667.868
Parcerias agrícolas a pagar	15	1.068.700	1.060.942
Compromissos com contratos de energia	20	536.025	92.732
Menos: caixa e equivalentes de caixa	3	(582.763)	(1.109.454)
Menos: aplicações financeiras	4	(241.525)	(183.234)
Dívida líquida	(a)	5.825.978	5.088.249
Total do patrimônio líquido	(b)	3.563.016	3.291.190
Total do capital	(c) = (a) + (b)	9.388.994	8.379.439
Índice de alavancagem financeira - %	(a) / (c)	62%	61%

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, que se aproxima de seu valor justo em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações contábeis intermediárias devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estarem sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia e o Grupo contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a contratos cambiais a termo e *swaps*. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e o Grupo utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e o Grupo apresentam como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes os derivativos, classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo.

31. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque de açúcar e etanol e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas agrícolas das usinas instaladas no Nordeste e no Sudeste, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 853.273. Essa cobertura é considerada suficiente pela diretoria, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas (informação não revisada).

32. Eventos subsequentes

A Companhia concluiu os trâmites formais para a contratação de uma nova linha de financiamento no valor total de USD 100.000.000,00, com prazo de amortização de oito anos e período de carência de três anos. A operação prevê encargos financeiros à taxa SOFR 6M acrescida de 4,5% ao ano.

Do montante total, USD 75.000.000,00 foram recebidos no caixa da Companhia ao final de março de 2026, e o montante remanescente de USD 25.000.000,00 tem desembolso previsto para junho de 2026.

A captação desses recursos foi estruturada com Instituições Financeiras de Desenvolvimento ("IFDs") internacionais, incluindo a Proparco (França), a Findev (Canadá) e a FMO (Holanda).

Adicionalmente, a Companhia concluiu, ao final de março de 2026, a contratação de outra linha de financiamento no valor de USD 45.000.000,00 junto ao Citibank, com prazo total de cinco anos e período de carência de um ano. A operação, na modalidade de PPE (pré-pagamento exportação), possui encargos financeiros à taxa SOFR 6M acrescida de 4,75% ao ano.

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F07D9A67-A265-4973-A7F7-1FD3DDF075E4

Status: Concluído

Assunto: USINACORURIFEACUCAREALCOOLDEZ25.REV.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 77

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Joelye Oliveira

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

joelye.oliveira@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.20

Rastreamento de registros

Status: Original

10 de abril de 2026 | 21:05

Portador: Joelye Oliveira

joelye.oliveira@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

10 de abril de 2026 | 21:33

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Luis Fernando de Souza Maranhã

luis.maranhã@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Luis Fernando de Souza Maranhã:26831679897

Assinatura

DocuSigned by:

C65C67A7075042A...

Registro de hora e data

Enviado: 10 de abril de 2026 | 21:06

Visualizado: 10 de abril de 2026 | 21:22

Assinado: 10 de abril de 2026 | 21:33

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Joelye Oliveira joelye.oliveira@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 10 de abril de 2026 21:33 Visualizado: 10 de abril de 2026 21:33 Assinado: 10 de abril de 2026 21:33</p>

<p>Lucas PMendes lucas.pmendes@pwc.com Associate - Projeto Capa Branca Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 10 de abril de 2026 21:06</p>
--	----------------	---

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	10 de abril de 2026 21:06
Entrega certificada	Segurança verificada	10 de abril de 2026 21:22
Assinatura concluída	Segurança verificada	10 de abril de 2026 21:33
Concluído	Segurança verificada	10 de abril de 2026 21:33

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------